



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO**

LUIZ ALVES DA SILVA CRUZ NETO

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO BEM-ESTAR FINANCEIRO DOS
CONSUMIDORES DE BAIXA RENDA**

FORTALEZA – CEARÁ

2020

LUIZ ALVES DA SILVA CRUZ NETO

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO BEM-ESTAR FINANCEIRO DOS
CONSUMIDORES DE BAIXA RENDA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Administração do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Administração.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Verónica Lidia Peñaloza Fuentes.

FORTALEZA - CEARÁ

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Cruz Neto, Luiz Alves da Silva.

A representação social do bem-estar financeiro dos consumidores de baixa renda [recurso eletrônico] / Luiz Alves da Silva Cruz Neto. - 2020.

85 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Programa de Pós-graduação em Administração - Mestrado, Fortaleza, 2020.

Orientação: Prof.^a Pós-Dra. Verônica Lídia Peñalosa Fuentes.

1. Bem-estar financeiro. 2. Representações Sociais. 3. Consumidores de baixa renda.. I. Título.

LUIZ ALVES DA SILVA CRUZ NETO

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO BEM-ESTAR FINANCEIRO DOS
CONSUMIDORES DE BAIXA RENDA

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Administração, do
Centro de Estudos Sociais Aplicados da
Universidade Estadual do Ceará, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Administração.

Aprovada em: 30 de março de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Verónica

Prof^a. Dr^a. Verónica Lúcia Peñaloza Fuentes (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Felipe Gerhard Paula Sousa

Prof. Dr. Felipe Gerhard Paula Sousa (Membro)
Centro Universitário Christus – Unichristus

Fátima Regina Ney Matos

Prof^a. Dr^a. Fátima Regina Ney Matos (Membro)
Instituto Superior Miguel Torga (ISMT) – Coimbra – Portugal

Dedico este trabalho a minha esposa Mayara, que esteve do meu lado e nunca deixou de acreditar em mim durante essa jornada. Sou muito grato. Te amo, meu amor!

AGRADECIMENTOS

A Deus, por mostrar os caminhos que eu devo seguir.

Aos meus pais Francisco José e Maria José, pelo o apoio incondicional e pelo incentivo aos estudos.

A minha esposa Mayara, pelo companheirismo e compreensão, estando ao meu lado em todos os momentos.

As minhas irmãs Karla Shangela e Kerly Shamyra, pelo incentivo e referência.

A Professora. Dra. Verónica Peñaloza, que me presenteou com seu conhecimento e visão de mundo. Obrigado pela dedicação e atenção para concretização desse trabalho.

A professora Dra. Fátima Matos, gostaria de agradecer a disponibilidade de avaliar o trabalho e pelos comentários e sugestões para a melhoria da dissertação.

Ao professor Dr. Felipe Gerhard que acompanha minha jornada de pesquisado. Obrigado pelas orientações e contribuições com esse trabalho.

Aos professores do PPGA, que cumpriram a tarefa de ensinar e desconstruir.

Aos meus amigos do programa, pelo convívio e incentivo nas horas difíceis.

Em especial à Universidade Estadual do Ceará e aos seus docentes, que nos ajudam a trilhar os caminhos da produção científica, sendo assim personagens da formação de um mundo melhor.

A todos os demais, que contribuíram de forma significativa para a elaboração desse trabalho.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo identificar o conteúdo e a estrutura da representação social do bem-estar financeira para os consumidores de baixa renda. Utilizou-se de uma triangulação de dados com procedimentos metodológicos de vertentes qualitativas e quantitativas em consumidores de baixa renda da cidade de Fortaleza (CE). Na vertente qualitativa, foram aplicadas evocações livres de palavras com 165 consumidores, gerando dados que foram analisados por meio das técnicas lexicométrica, análise prototípica e análise de similitude. Na fase quantitativa, foi construído um questionário com as evocações obtidas na fase anterior e aplicado com 178 entrevistados. Utilizou-se a Análise Fatorial Exploratória para identificação das dimensões da representação. Os resultados indicam que a representação social do bem-estar financeiro é composta, principalmente, por quatro elementos no núcleo central: trabalho, dinheiro, saúde e casa; e a estrutura da representação é constituída de três dimensões: Bem-estar Subjetivo, Aquisição de Bens e Gestão Financeira. Assim, pode-se afirmar que o bem-estar financeiro para esses consumidores é uma relação do trabalho com a renda para cumprir com as obrigações financeiras e alcançar um bem-estar, que é expresso de forma subjetiva e objetiva.

Palavras-chaves: Bem-estar financeiro; Representações Sociais; Consumidores de baixa renda.

ABSTRACT

This study aimed to identify the content and structure of the social representation of financial well-being for low-income consumers. It was used a triangulation of data with methodological procedures of qualitative and quantitative aspects in low-income consumers in the city of Fortaleza (CE). In the qualitative aspect, word-free evocations were applied to 165 consumers, generating data that were analyzed using lexicometric techniques, prototypical analysis and similarity analysis. In the quantitative phase, a questionnaire was built with the evocations obtained in the previous phase and applied to 178 interviewees. Exploratory Factor Analysis was used to identify the dimensions of the representation. The results indicate that the social representation of financial well-being is mainly composed of four elements in the central core: work, money, health and home; and the representation structure consists of three dimensions: Subjective Well-Being, Asset Acquisition and Financial Management. Thus, it can be said that the financial well-being for these consumers is a relationship between work and income to comply with financial obligations and achieve well-being, which is expressed in a subjective and objective way.

Keywords: Financial well-being; Social Representations; Low-income consumers.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Estrutura teórica do bem-estar	20
FIGURA 2. Relação das dimensões do bem-estar financeiro da CFPB	29
FIGURA 3. Gráfico de Contingência – Análise Prototípica	56
FIGURA 4. Árvore Máxima – Análise de Similitude	58

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Principais definições de BEF	24
QUADRO 2. Principais artigos de escala válida do BEF	27
QUADRO 3. Dimensões do BEF – Principais Instrumentos	28

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Distribuição por classe de rendimento IBGE.....	44
TABELA 2. Descrição da variável faixa etária	59
TABELA 3. Classes sociais por faixa de salário-mínimo	59
TABELA 4. KMO e Bartlett do BEF.....	61
TABELA 5. Matriz de componentes rotacional – BEF	61

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1	O bem-estar e o bem-estar financeiro	17
2.1.1	O bem-estar e suas abordagens	17
2.1.2	A estrutura do bem-estar	21
2.1.3	Definição do bem-estar financeiro	22
2.1.4	As formas de mensuração do bem-estar financeiro	24
2.1.5	Os componentes do bem-estar financeiro	26
2.2	Teoria das representações sociais	30
2.2.1	Uma explanação geral.....	30
2.2.2	As abordagens da representação social	33
2.2.2.1	Abordagem Processual	34
2.2.2.2	Abordagem societal	35
2.2.2.3	Abordagem estrutural	36
2.2.3	Funções das representações sociais	37
2.2.4	Processo de formação das representações sociais	38
2.2.5	Teoria do Núcleo Central.....	40
2.3	Consumidores de baixa renda	42
2.3.1	Finanças do consumidor de baixa renda.....	45
3	MÉTODO.....	47
3.1	Etapa qualitativa	48
3.1.1	Levantamento dos dados	48
3.1.2	Universo, amostra e seleção de sujeitos	49
3.1.3	Tratamento e análise dos dados	50
3.2	Etapa quantitativa.....	51
3.2.1	Instrumento de pesquisa	51
3.2.2	Aplicação do Instrumento	52
3.2.3	Tratamento e Técnicas de Análises dos Dados	52
3.2.3.1	Análise Fatorial Exploratória	52
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	54
4.2	Resultados da etapa qualitativa	54
4.2.1	Perfis dos entrevistados	54

4.2.2	Análise Prototípica.....	54
4.2.2	Análise de Similitude	57
4.3	Resultados da etapa quantitativa.....	58
4.3.1	Descrição da amostra.....	59
4.3.2	Resultados da Análise Fatorial.....	60
5	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	63
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
	REFERÊNCIAS.....	70
	APÊNDICES	81
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA ETAPA QUALITATIVA	82
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DA ETAPA QUANTITATIVA.....	83

1 INTRODUÇÃO

O dinheiro traz felicidade? Esse é um questionamento muito comum na vida das pessoas e que muitas vezes influencia a tomada de decisões tanto na esfera individual como na coletiva. Essa relação de dinheiro e felicidade já vem sendo estudada há algumas décadas, tanto por pesquisadores da área econômica quanto por pesquisadores da psicologia, os resultados evidenciam a presença de uma relação positiva entre a receita e a felicidade (DIENER *et al.*, 2010; EASTERLIN, *et al.*, 2010). No entanto, a relação dinheiro-felicidade não é tão forte nem tão direta, pois existem fatores que moderam a conexão entre os recursos financeiros das pessoas e a felicidade ou o bem-estar dos indivíduos¹ (TAY; ZIPTHUR; BATZ, 2018). Dentre esses fatores, o bem-estar financeiro (BEF) é considerado um dos mais importantes domínios para determinar o bem-estar geral (EASTERLIN, 2006; HSIEH, 2016), podendo ser visto como um mediador entre a renda e a felicidade, uma vez que o bem-estar geral com a vida é influenciado por outros fatores além da renda, enquanto o bem-estar financeiro tem a renda como um importante insumo (DIENER; BISWAS-DIENER, 2002; VERA-TOSCANO; ATECAMESTOY; SERRANO-DEL-ROSAL, 2006).

Pesquisas têm demonstrado que o BEF tem influência significativa em várias áreas da vida das pessoas e das famílias. Kim, Garman e Sorhaindo (2003), realizando um estudo com clientes de uma grande organização de aconselhamento de crédito dos Estados Unidos, identificaram que os clientes que apresentam altos níveis de bem-estar financeiro tinham uma saúde melhor dos que outros clientes. Archuleta *et al* (2011), utilizando uma amostra de casais estadunidenses, demonstram que o bem-estar financeiro é um determinante significativo para o contentamento conjugal. Shim *et al* (2009), realizando uma pesquisa com estudantes universitários dos EUA, identificaram que o BEF estava relacionado ao desempenho acadêmico e à saúde física e mental dos estudantes, além da satisfação com a vida.

Na América Latina, um estudo recente dos pesquisadores Ortiz, Lobos e Guevara (2019), usando uma amostra de trabalhadores profissionais da cidade Guayaquil, Equador, identificaram uma relação significativa e positiva entre o bem-

¹ termos utilizados de maneira intercambiável nas pesquisas sobre o tema

estar financeiro e a satisfação com a vida. Ng e Diener (2014), com uma amostra que inclui a maioria dos países do mundo, também encontraram relação entre o BEF e a satisfação com a vida de maneira geral. Esses estudos evidenciam a centralidade do bem-estar financeiro na vida das pessoas, demonstrando que alterações no BEF podem gerar consequências amplas na vida de cada indivíduo, dessa forma é necessário o seu entendimento.

O setor público e o setor privado aos poucos estão se preocupando com o bem-estar financeiro. Um exemplo seria os bancos, conforme abordado no trabalho de Vlaev e Elliot (2014), tendo como contexto a crise de 2008, os bancos foram expostos como um dos principais contribuidores para a recessão econômica, recebendo críticas de várias áreas por falhas nas ações de interesse da sociedade. Devido a isto, o setor bancário está sendo pressionado a mudar de uma perspectiva de pura rentabilidade para outra que promova o BEF dos seus consumidores.

Organizações internacionais também vêm demonstrando preocupação com o BEF, como no caso da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que aborda e defende a importância de implementar políticas públicas voltada para o fortalecimento e desenvolvimento da educação financeira com intuito de promover a manutenção dos mercados. Descreve ainda que o objetivo final da educação financeira, mais especificamente da alfabetização financeira, seria o bem-estar financeiro dos indivíduos (OCDE INFE, 2011). No Brasil, o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) vem desde 2017 mensurando o bem-estar financeiro dos brasileiros (SPC BRASIL, 2019), no ano de 2018, a Comissão de Valores Imobiliários (CVM) lançou um programa educacional voltado a promover o bem-estar financeiro (CVM, 2018).

Embora o bem-estar financeiro seja um tópico de crescente importância para academia, para gestão de políticas públicas e para gestão privadas, pouco foi estudado sobre o que constitui o bem-estar financeiro ou sobre o seu papel no bem-estar geral (NETEMEYER *et al.*, 2017). As pesquisas sobre bem-estar financeiro ainda estão em um estágio inicial e se encontram, atualmente, espalhadas por diversas disciplinas, levando a uma falta de clareza na compreensão do que o termo bem-estar financeiro realmente significa (BRÜGGENET *et al.*, 2017). A busca por uma conceitualização mais consensual tem sido pouco prolífero, devido à falta de uniformidade entre os pesquisadores dos componentes que definem o construto.

Na literatura, há alguns estudos que buscam identificar os principais componentes do bem-estar financeiro e compreender sua estrutura (VLAEV; ELLIOTT, 2015; BUREAU, 2015; SORGENTE; LANZ, 2017; BRÜGGEN *et al.*, 2017; PRAWITZ *et al.*, 2006; NETEMEYER *et al.*, 2017, BRAGA; OLIVEIRA, 2018; SORGENTE; LANZ; 2019), contudo, grande parte dessas pesquisas foram desenvolvidas em países com economias desenvolvidas, dessa forma o significado do termo pode ser bastante diferente para a população de países em desenvolvimento onde problemas como inflação, juros altos e distribuição de renda podem provocar variação na relação dos indivíduos com o bem-estar financeiro (BRÜGGEN *et al.*, 2017).

No entanto, o ponto relevante é a forma como se busca entender o bem-estar financeiro. O BEF é um conceito subjetivo que está ligado diretamente às experiências e aos sentimentos de cada indivíduo (SORGENTE; LANZ, 2017) e que está partilhado na sociedade. Dessa forma, sua compreensão ou conceitualização pode variar entre indivíduos, grupos e sociedades, de acordo com o contexto que estão inseridos. Assim, o BEF pode ser melhor compreendido através dos fundamentos da Teoria das Representações Sociais (TRS). A TRS parte da perspectiva de que não existe, *a priori*, realidade objetiva, mas que toda realidade é representada, ou seja, apropriada pelo indivíduo e pelo grupo, reconstruída no seu sistema cognitivo, integrada ao seu sistema de valores, dependente de sua história e do contexto social e ideológico no qual está inserido (MOSCOVICI, 1976). Assim, “a representação funciona como um sistema de interpretação da realidade que conduz as relações dos indivíduos com seu ambiente físico e social, determinado seus comportamentos ou suas práticas” (ABRIC, 2001a, p.13). Diferente dos outros trabalhos sobre o BEF, a utilização da TRS pode contribuir com a compreensão do bem-estar financeiro, pois descola a visão de um conceito único e estável para a possibilidade de um conceito polissêmico e mutável de BEF.

Assim, para a compreensão do fenômeno, o estudo utiliza-se da abordagem estruturalista da TRS, vertente que se debruça sobre os conteúdos das RS, considerando como um conjunto estruturado, e não como uma simples coleção de ideias e valores, em que os conteúdos das representações se organizam em um sistema central e um sistema periférico (JODELET, 2016b).

Dentro desse posicionamento teórico, este estudo buscou analisar o bem-estar financeiro dos indivíduos de baixa renda. Tal escolha baseia-se no fato já

mencionado anteriormente da concentração de estudos sobre BEF em países desenvolvidos, o que abrange indivíduos de maioria com renda média ou alta. No Brasil, particularmente da região nordeste, 39,4% das famílias vivem com até 2 salários mínimos (U\$ 447,84) (IBGE, 2019). Países desenvolvidos, como nos Estados Unidos, a maior parte da população vive com renda familiar mensal entre U\$ 4.166,66 e U\$ 6.249,91 (16,4%), apenas 4,1% da população vive com renda inferior a U\$ 833,25 (CENSUS, 2018), tratando-se, assim, de realidade distintas.

No entanto, outro ponto de interesse por este grupo são as características peculiares deste substrato social, principalmente quanto ao aspecto da dicotomia, aparentemente existente, entre escassez de renda e bem-estar financeiro (ZYPHUR *et al.*, 2015). Assim, esta pesquisa está direcionada na busca de elementos conceituais que possibilitem compreender o bem-estar financeiro no segmento social de baixa renda, possuindo como pergunta norteadora, qual é a representação social do bem-estar financeiro nos consumidores de baixa renda? Na função de consumidores que os indivíduos tomam decisões financeiras para o alcance de seus objetivos e satisfação pessoal (TUFANO, 2009; MACINNIS; FOLKES, 2009).

A pesquisa tem por objetivo principal identificar o conteúdo e a estrutura da representação social do bem-estar financeira para os consumidores de baixa renda, utilizando como objeto de pesquisa os habitantes de baixa renda da cidade de Fortaleza- CE. Com o intuito de apoiar o objetivo principal, uma triangulação de dados tanto qualitativos quanto quantitativos será realizada seguindo os seguintes objetivos específicos: i) identificar os elementos que compõem o núcleo central e periférico da representação social do BEF; ii) identificar as dimensões da representação social do BEF.

Esta dissertação está dividida em cinco seções além desta introdução. Inicialmente, é apresentada uma revisão dos principais aspectos teóricos referentes ao tema tratado, sendo, portanto, abordadas as propriedades teóricas do bem-estar financeiro, da Teoria das Representações Sociais e a caracterização do consumidor de baixa renda. Serão estudadas, por conseguinte, as questões metodológicas, evidenciando as estratégias e as técnicas de pesquisa que possibilitaram o alcance dos objetivos do estudo. Na sequência é apresentada a análise dos resultados da pesquisa. Posteriormente, é realizado a discussão dos resultados obtidos. Por fim, o trabalho encerra-se com o resgate dos resultados encontrados, as limitações e contribuições do estudo e sugestões para novas pesquisas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O bem-estar e o bem-estar financeiro

O bem-estar financeiro é um dos domínios do bem-estar (CHATTERJEE; KUMAR; DAYMA, 2019) que aborda, dentre os vários aspectos da vida, a situação financeira das pessoas. O bem-estar ou bem-estar geral consta com modelos teóricos e empíricos mais consistentes, no entanto, não existe um consenso sobre as definições do construto, o que afeta os estudos direcionados à área específica das finanças.

Isto posto, com intuito de compreender o bem-estar financeiro, serão apresentadas inicialmente as principais correntes na área do bem-estar e na sua estruturação de forma a demonstrar as influências da teoria do bem-estar na compreensão do bem-estar financeiro. Em seguida, serão apontadas e discutidas as definições e composições do BEF.

2.1.1 O bem-estar e suas abordagens

O bem-estar é um construto complexo que tem relação a um ótimo funcionamento psicológico e à obtenção de experiências positivas (RYAN; DECI, 2001). Um tema ligado inicialmente à Psicologia Positiva (SELIGMAN, 2002) que tem influência em vários aspectos da vida das pessoas (RYAN; DECI, 2001).

O estudo do bem-estar se inicia apresentando uma relação com o termo felicidade que na literatura científica, geralmente, considera esses termos como sinônimos (VEENHOVEN, 1997; DIENER; SCOLLON; LUCAS, 2009). As duas principais abordagens na área do bem-estar, a hedônica e a eudaimônica, possuem como base a construção filosófica do significado de felicidade (RYAN; DECI, 2001; KASHDAN; BISWAS-DIENER; KING, 2008).

Os filósofos, ao longo da história, dividiram-se em duas visões amplas de entendimento sobre a felicidade (KESEBIR, 2018). A visão hedônica, abordada por filósofos como Aristipo, Hobbes, DeSade (RYAN; DECI, 2001), compreende a felicidade como obtenção de prazer e prevenção da dor,

relacionando prazer e dor tanto no corpo com na mente e no coração (KESEBIR, 2018). Nesta visão, a felicidade apresenta um caráter subjetivista, pois se fundamenta nos estados subjetivos das pessoas, como emoções sentidas e avaliações pessoais (HAYBRON, 2011).

Na perspectiva eudaimônica, abordada por Aristóteles, a felicidade consiste em ter uma vida florescente e próspera, onde os indivíduos alcancem a virtude, a excelência, o pleno desenvolvimento de seus potenciais (HUTA; WATERMAN, 2014). Nesta visão específica, certas qualidades objetivas ou estados psicológicos precisam estar presentes para o alcance da felicidade, independente da preocupação ou do gosto do indivíduo (KESEBIR, 2018).

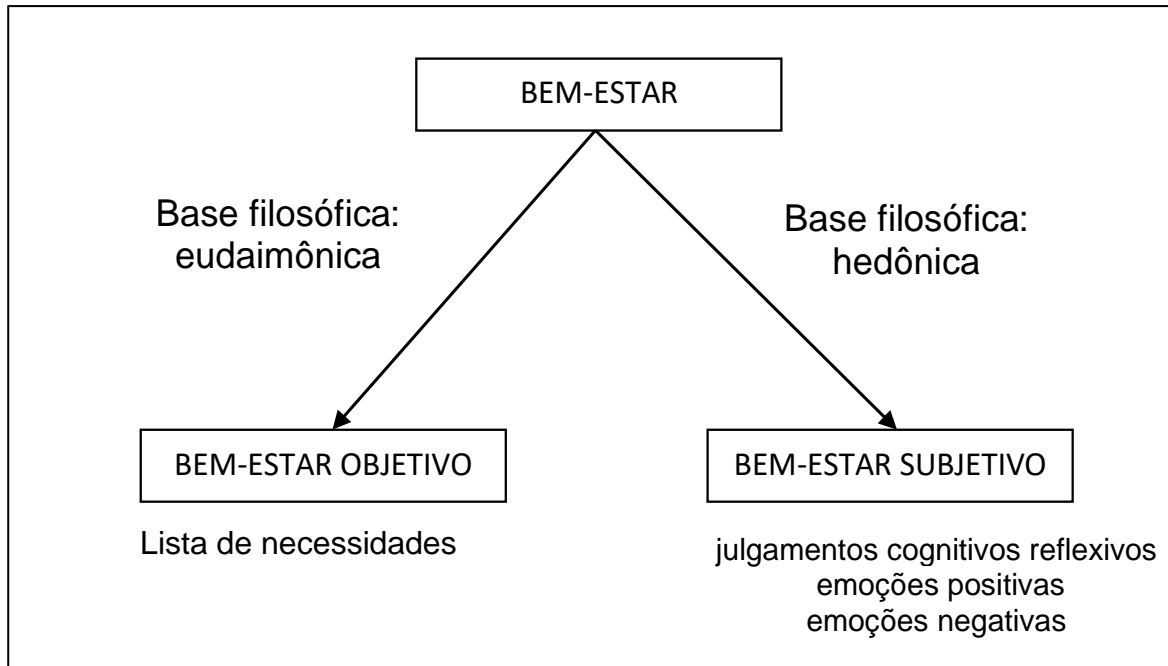
Dessa forma, por influência da construção filosófica da felicidade, tem-se a abordagem do bem-estar que segue a visão hedônica, conhecida como bem-estar subjetivo (BES) (DIENER, 1984), que prioriza a avaliação da própria pessoa sobre quão bem sua vida está indo e se está obtendo as “coisas” que deseja na vida, sem uma preocupação específica com o que realmente são essas “coisas”. (TOV, 2018). O BES inclui julgamentos cognitivos reflexivos, como satisfação com a vida, e respostas emocionais à vida como emoções positivas e agradáveis *versus* negativas e desagradáveis (DIENER; OISHI; TAY, 2018). O bem-estar subjetivo é, portanto, a ocorrência de frequentes afetos positivos, rara experiência emocional negativa e satisfação com a vida como um todo (ALBUQUERQUE; TRÓCCOLI, 2004).

Já a abordagem do bem-estar que segue a visão eudaimônica toma como ponto de partida a existência de certas necessidades ou qualidades que são essenciais para o crescimento e desenvolvimento humano; o cumprimento dessas necessidades permite que uma pessoa alcance seu pleno potencial (TOV, 2018; RYAN; DECI, 2001). Diferente da hedônica, nesta perspectiva, não existe uma teoria única que capte a essência do bem-estar eudaimônica (KASHDAN; BISWAS-DIENER; KING, 2008), em vez disso, há uma variedade de teorias com abordagem multidimensional para a mensuração do bem-estar. Dentre as teorias, tem-se a do bem-estar psicológico (BEP), desenvolvida por Ryff e Singer (1996), a qual segundo os

autores o indivíduo com alto bem-estar é aquele que apresenta altos índices de autonomia, crescimento pessoal, auto aceitação, propósito de vida, domínio e relacionamento positivo (RYFF, 2013). A Teoria da Autodeterminação (TAD), de Deci e Ryan (2000), é outra abordagem que utiliza a perspectiva eudaimônica. Esta teoria considera três necessidades psicológicas: competência, autonomia e relacionamento; as quais são condições necessárias para o crescimento psicológico e para a obtenção do bem-estar. Na literatura, há outras teorias de abordagem eudaimônica que utilizam aspectos psicológicos para a obtenção do bem-estar.

Contudo, existe uma forma de análise do bem-estar que também se enquadra na abordagem eudaimônica e que utiliza de preferência indicadores não auto relatados, o denominado bem-estar objetivo (BEO) (GASPER, 2005; SCHUELLER; SELIGMAN, 2010). Este conceito, frequente em estudos da área de economia, entente que o bem-estar é alcançado através da satisfação de necessidades listadas de forma *a priori* (NUSSBAUM, 2003). Assim, a análise do bem-estar ocorre por meio de um conjunto de indicadores objetivos que mensuram um agrupamento de requisitos que são considerados essenciais para aferir uma boa vida (RĂILEANU-SZELES, 2014), independentemente do valor subjetivo atribuído de forma individual para cada indicador (SCHUELLER; SELIGMAN, 2010). A Figura 1 demonstra essa estrutura teórica do bem-estar.

Figura 1 – Estrutura teórica do Bem-Estar



Fonte: Elaborada pelo autor

Entre os indicadores do BEO, a renda per capita e a taxa de consumo são os mais utilizados (GASPER, 2003; RAILEANU-SZELES, 2014). No entanto, de forma mais recente, no contexto da BEO, as abordagens unidimensionais, baseadas em renda ou consumo, foram abandonadas em favor das multidimensionais (RAILEANU-SZELES, 2014), cuja lista de necessidades pode incluir vários elementos, como educação, relacionamentos, sucesso na carreira, democracia, beleza e conforto material (SELIGMAN; ROYZMAN, 2003).

Os pesquisadores reconhecem que as duas abordagens são fundamentais para o estudo do bem-estar (HUTA; WATERMAN, 2014). No entanto, estudos como os de Kashdan *et al.* (2008) e Huta e Ryan (2010) afirmam que há mais sobreposição entre modelos de bem-estar relacionados às abordagens eudaimônico e hedônico do que diferenças. Kashdan *et al.* (2008) afirmam que ao demarcar distinções divergentes entre as duas abordagens pode provocar perdas, de forma não intencionais, para o crescimento da pesquisa sobre o bem-estar.

De maneira geral, como serão apresentadas nas próximas seções, as duas correntes de estudo do bem-estar afetam os trabalhos sobre bem-estar financeiro. O BEF é considerado um construto multidimensional com sua estrutura obtendo inspiração nos modelos de BES e BEO.

2.1.2 A estrutura do bem-estar

Outro aspecto importante sobre o bem-estar é com relação a sua estrutura. O BES é dividido em partes chamadas de domínios, os quais são relacionados com aspectos da vida dos indivíduos, como emprego, saúde, família, amigos e situação financeira (VAN PRAAG; FRIJTERS; FERRER-I-CARBONELL, 2003; DIENER; SCOLLON; LUCAS, 2009). Essa divisão ocorre principalmente na dimensão cognitiva do BES, ou seja, no componente satisfação com a vida, que representa o julgamento que o indivíduo realiza sobre sua vida como um todo (DIENER; SCOLLON; LUCAS, 2009; DIENER; OSHI; TAY, 2018).

Dessa maneira, os domínios exprimem a satisfação que o indivíduo possui em relação aos aspectos específicos da vida, como a satisfação com a saúde, a satisfação com a família e a satisfação com as finanças (componente de interesse desse estudo) entre outros (VAN PRAAG; FRIJTERS; FERRER-I-CARBONELL, 2003). O julgamento da satisfação ocorre por meio de um processo de comparação entre as circunstâncias de vida do indivíduo e um padrão por ele escolhido (DIENER; OSHI; TAY, 2018; ALBUQUERQUE; TRÓCCOLI, 2004). Por exemplo, um indivíduo pode comparar sua renda atual com a renda das pessoas à sua volta, com a renda que tinha no passado ou com a renda que deseja para o futuro para definir seu nível de satisfação financeira.

A satisfação dos domínios específicos representa componentes do julgamento da satisfação da vida como um todo, e o peso atribuído a cada domínio neste processo de julgamento pode variar de indivíduo para indivíduo (DIENER; SCOLLON; LUCAS, 2009; HSIEH, 2016). Os domínios são importantes para os pesquisadores interessados nos efeitos do bem-estar em áreas específicas (DIENER; SCOLLON; LUCAS, 2009).

O processo de constituição dos domínios com a satisfação geral da vida segue duas perspectivas: topo-base (top-down) e base-topo (bottom-up) (DIENER,

1984). A teoria base-topo considera a satisfação com a vida como sendo derivada da satisfação em domínios específicos (TOV, 2018). A teoria topo-base, por sua vez, propõe que os indivíduos têm uma propensão global para experienciar o mundo de forma positiva (TOV, 2018). Assim, a satisfação nos domínios específicos deriva da satisfação geral. Na abordagem base-topo, a satisfação com a vida é encarada como o efeito; na abordagem topo-base, é considerada como uma causa (DIENER, 1984).

No entanto, os domínios específicos podem fornecer informações que vão além da composição do domínio cognitivo do bem-estar subjetivo, provém de informações sobre o BES como todo, afetando também a dimensão afetiva (DIENER; SCOLLON; LUCAS, 2009). Neste sentido, é comum denominar o BES com o termo de bem-estar geral (BEG) para fazer referência a tudo que o construto está englobando em todos os domínios da vida.

Com relação ao BEO, sua estruturação segue também aspectos importantes da vida das pessoas e acontece por meio do tipo de indicadores objetivos que são utilizados na análise. Assim, por exemplo, se quiser obter o bem-estar com saúde, a "lista de indicadores" se concentrará em medidas da saúde, consideradas propícias para uma boa saúde, como índice de massa corporal (IMC), estilo de vida relacionado à saúde – e.g. dieta, exercício etc. – (PROPPER, 2005).

2.1.3 Definição do bem-estar financeiro

Estudos publicados sobre o BEF, em muitos dos casos, não se preocuparam em fornecer uma definição clara sobre o construto (e.g. O'NEILL *et al.*, 2005; SHIM *et al.*, 2009; ARBER; FENN; MEADOWS, 2014). No entanto, alguns trabalhos mais atuais têm proposto a definição de bem-estar financeiro, por exemplo, da *Consumer Financial Protection Bureau* (CFPB) (2015, p. 18), agência do governo dos Estados Unidos responsável pela proteção do consumidor no setor financeiro, a qual trata o termo como “o estado no qual o indivíduo consegue cumprir totalmente suas obrigações financeiras, sentindo-se seguro e apto a realizar escolhas que permitam aproveitar a vida”.

Jing Jian Xiao (2016, p. 9) no *Handbook Finanças do Consumidor* definiu bem-estar financeiro como “um status financeiro em que um consumidor ou família possui recursos adequados para viver uma vida confortável”. O autor complementa

que para o indivíduo se sentir bem financeiramente o *status* financeiro deve ser melhor que a média de um determinado grupo de referência utilizado como modelo de comparação pelo indivíduo. Assim, a perspectiva de comparação social é interposta na construção do BEF.

Brüggen *et al.* (2017, p. 229), na busca por determinar um conceito universal, propõem uma nova definição para o construto, definindo o bem-estar financeiro como “a percepção de ser capaz de sustentar padrões de vida desejados, atuais e esperado, e possuir liberdade financeira.” Nesta definição, os autores inseriram a visão de uma dupla dimensão temporal na percepção do bem-estar financeiro, o atual e o futuro. A dimensão atual avalia como os indivíduos se sentem em relação à situação presente de suas vidas financeiras, enquanto a dimensão futura avalia como eles se sentem sobre sua trajetória e provável estado futuro (NETEMEYER *et al.*,2017).

Mais recentemente, Johnson *et al.* (2019), em uma abordagem da área da saúde, ampliam a visão de BEF inserindo a perspectiva de *bandwidth* que é a capacidade, em um nível intuitivo, do cérebro de executar as funções básicas que fundamentam o comportamento e a tomada de decisões (SCHILBACH; SCHOFIELD; MULLAINATHAN, 2016). Assim, Johnson e colaboradores relatam que por meio da comparação social ascendente a percepção de bem-estar financeiro sofre variação, podendo levar o indivíduo a crê que tem menos do que precisa, gerando, assim, um estado de escassez. A escassez limita o *bandwidth*, pois captura a mente do indivíduo, de forma automática e intensa, e redireciona a atenção para a necessidade não atendida; reduzindo, assim, os recursos mentais disponíveis para outras atividades, como se concentrar no trabalho e nos estudos.

Desse modo, como se pode observar na Quadro 1, diferentes aspectos foram elevados para conceitualizar o bem-estar (e.g. cumprir obrigações financeiras, *status* financeiro, padrões de vida e percepção de escassez), revelando a multiplicidade de elementos que compõem o construto. No entanto, apesar das diferentes definições, é possível observar um padrão nos discursos dos pesquisadores sobre o tema, pois estabelecem uma relação entre um estado subjetivo desejado atingido por meio de uma gestão adequada dos recursos financeiros.

QUADRO 1. Principais definições de BEF

Autor	Título	Ano	Definição
Consumer Financial Protection Bureau (CFPB)	Financial well-being: The goal of financial Education.	2015	Estado no qual o indivíduo consegue cumprir totalmente suas obrigações financeiras, sentindo-se seguro e apto a realizar escolhas que permitam aproveitar a vida.
Jing Jian Xiao	Consumer financial capability and wellbeing.	2016	Bem-estar financeiro entendido como um <i>status</i> financeiro em que um consumidor ou família possui recursos adequados para viver uma vida confortável.
Elisabeth C. Brüggen, Jens Hogleve, Maria Holmlund, Sertan Kabadayi, Martin Löfgren	Financial well-being: A conceptualization and research agenda	2017	Percepção de ser capaz de sustentar padrões de vida desejados, atuais e esperados, e possuir liberdade financeira.
Sara S. Johnson	Editor's Desk: Broadening Our View of Financial Well-Being	2019	Não entrar em estado de escassez com limitação do <i>bandwidth</i> .

Fonte: Elaborada pelo autor.

2.1.4 As formas de mensuração do bem-estar financeiro

As formas de medição do BEF são importantes para iniciar a compreensão sobre a constituição do construto. Deste modo, pode-se observar na literatura uma variedade de formas para mensurar o bem-estar financeiro, alternando entre indicadores objetivos e medidas subjetivas (XIAO, 2016; SORGENTE; LANZ, 2017; BRÜGGEN *et al.*, 2017).

As formas de mensuração objetiva, que geralmente são rotuladas como “bem-estar econômico”, consistem nos recursos materiais que um indivíduo possui (SORGENTE; LANZ, 2017). Dessa forma, são comumente avaliadas as entradas financeiras, como salário, renda familiar, ganho anual e ativos (CAPUTO, 1998; SMEEDING; PHILLIPS, 2002; LAVEIST *et al.*, 2010; RUTHERFORD; FOX, 2010); e

as saídas financeiras, como gastos, dívidas, nível de endividamento, dívida em cartão de crédito (SHIM *et al.*, 2009; RUTHERFORD; FOX, 2010). Além disso, algumas medidas combinadas também podem ser usadas, como valor médio do patrimônio líquido ou da relação entre dívida / renda (XIAO, 2016).

As variáveis socioeconômicas também são utilizadas na mensuração objetiva, como nível de educação, emprego (estabilidade e horas trabalhada), ajuda do governo e presença de plano de saúde (REYNOLDS *et al.*, 2007, LAVEIST *et al.*, 2010; RUTHERFORD; FOX, 2010) e, por fim, nível ou capacidade de poupança do indivíduo (FRIEDLINE *et al.*, 2014).

Com relação à mensuração subjetiva do bem-estar financeiro, a medida mais comumente usada é a satisfação financeira (SF), a qual consiste na autopercepção de um indivíduo em relação à sua condição financeira (XIAO, 2016). A SF é comumente utilizada em alguns estudos como sinônimo de BEF, no entanto, essa prática vem sendo combatida em estudos recentes (SORGENTE; LANZ, 2017; BRÜGGEN *et al.*, 2017). Como já abordado no BES, a SF é um componente cognitivo que se refere ao julgamento da situação financeira do indivíduo, deste modo, a SF é útil para a mensuração no BEF, porém mensura apenas um aspecto do BEF (BRÜGGEN *et al.*, 2017). Outras medidas subjetivas de bem-estar financeiro incluem satisfação com a renda, satisfação com a poupança, satisfação com a aposentadoria entre outros, usadas para diferentes fins de pesquisa (XIAO, 2016). Todavia, baseado no argumento de Sorgente e Lanz (2017), que fazem uma revisão recente na literatura sobre o tema, essas expressões, como a satisfação com a renda, fazem referências apenas à elementos específicos da satisfação financeira. A satisfação com a renda, como citado, faz referência apenas a satisfação com o elemento renda, não analisando outros aspectos que compõem a situação financeira geral do indivíduo.

Estudos sobre a temática apresentam correlação existente entre indicadores objetivos e subjetivos do BEF, com ênfase principalmente na relação receita e satisfação financeira (DIENER; BISWAS-DIENER, 2002; HSIEH, 2003; VERA-TOSCANO; ATECA-AMESTOY; SERRANO-DEL-ROSAL, 2006; XIAO; TANG; SHIM, 2009). Assim, pode-se inferir que o bem-estar financeiro é constituído dessa dualidade dimensional objetiva e subjetiva, conclusão também presente no estudo de Sorgente e Lanz (2017).

Contudo, estudos apontam que a dimensão subjetiva do BEF é mais complexa, não podendo ser inferida apenas por meio de componente cognitivo, como será demonstrado na próxima seção.

2.1.5 Os componentes do bem-estar financeiro

Em uma revisão dos artigos que abordam a temática do bem-estar financeiro, observa-se que a grande maioria dos estudos, como já descrito anteriormente, utiliza como instrumento de mensuração subjetiva do construto a satisfação financeira, ou seja, mensura o BEF por meio de uma única variável que mede uma única dimensão, “Quão satisfeito você está com sua condição financeira atual?” (O’NEIL *et al.*, 2005; XIAO; TANG; SHIM, 2009; HANSEN *et al.*, 2008; PLAGNOL, 2011; XIAO; PORTO, 2017). Essa forma de mensuração se mostra um tanto limitada e pode levar o pesquisador a capturar de forma superficial o construto. Como observado nas definições do BEF(BUREAU, 2015; XIAO, 2016; BRÜGGEN *et al.*, 2017; JOHNSON, 2019) e nas pesquisas que estudam sua composição (VLAEV; ELLIOTT, 2015; SORGENTE; LANZ, 2017), o construto é de constituição multidimensional.

Com o intuito de levantar os principais componentes ou dimensões que constituem o BEF, buscou-se na literatura, principalmente nas mais recentes, trabalhos que objetivam construir um instrumento de mensuração subjetiva do BEF de forma validada e multidimensional. Como demonstrado na Quadro 2, temos os trabalhos de Prawitz *et al.* (2006), Bureau (2017), Netemeyer *et al.* (2017), Braga e Oliveira (2018) e Sorgente e Lanz (2019). Contudo, é importante evidenciar que este estudo não explorou de forma totalitária as análises de todos os estudos de construção de escala do bem-estar financeiro. A pesquisa foi realizada em trabalhos encontrados nas bases de dados Scopus e Google Acadêmico.

QUADRO 2. Principais artigos de escala válida do BEF

Título do Artigo	Autor	Ano	País	Nome do Instrumento
InCharge Financial Distress/Financial Well-Being Scale: Development, Administration, and Score Interpretation	Prawitz <i>et al.</i>	2006	Estado Unidos	InCharge Financial Distress/Financial Well-Being Scale (IFDFW)
CFPB Financial Well-Being Scale: Scale development technical report	Consumer Financial Protection Bureau (CFPB)	2017	Estados Unidos	CFPB Financial Well-Being Scale
How Am I Doing? Perceived Financial Well-Being, Its Potential Antecedents, and Its Relation to Overall Well-Being	Netemeyer <i>et al.</i>	2017	Estados Unidos	Perceived Financial Well-Being Scale
Development and validation of financial well-being related scales	Braga; Oliveira	2018	Brasil	Financial Well-Being related Scales
The multidimensional subjective financial well-being scale for emerging adults: Development and validation studies	Sorgente; Lanz	2019	Italia	Multidimensional Subjective Financial Well-being Scale (MSFWBS)

Fonte: Elaborada pelo autor.

Observa-se que as escalas em sua grande maioria foram desenvolvidas e válidas em países de economias desenvolvidas, com exceção do estudo de Braga e Oliveira (2018). Isto pode emergir dimensões que diferem da composição do construto para a população de países com economias emergentes, onde problemas como inflação, juros altos e distribuição de renda podem provocar variação na relação dos indivíduos como o bem-estar financeiro.

Outro ponto que se pode analisar se refere à elaboração de algumas escalas (PRAWITZ *et al.*, 2006; NETEMEYER *et al.*, 2017, BRAGA; OLIVEIRA, 2018), pois estas foram construídas com a amostra da população como um todo, ou seja, jovens, adultos e idosos. No entanto, outras escalas já possuem uma visão de pluralidade com relação ao BEF, como o instrumento de Sorgente e Lanz (2019) que foca na mensuração dos adultos emergentes (idade entre 18 e 29 anos) e a escala da Bureau (2017) que gera um rateio dos resultados de acordo com a idade (18 a 61 e 61 e mais). Dessa forma, possibilitando a identificar dimensões diferentes para cada tipo de população.

Com relação às dimensões do BEF que são levantadas nas escalas, Quadro 3, há apenas um instrumento que apresenta unidimensionalidade, a de Prawitz *et al.* (2016), todavia essa única dimensão é um contínuo entre sensação de angústia financeira e bem-estar financeiro.

QUADRO 3. Dimensões do BEF – Principais Instrumentos

Instrumento de mensuração BEF	População/ Amostra	Dimensões
InCharge Financial Distress/Financial Well-Being Scale -IFDFW	N = 1.097 população geral EUA / N =590 consumidores com problemas financeiros EUA	(01) Único fator – continuum entre angústia financeira e bem-estar financeiro.
CFPB Financial Well-Being Scale	N = 14.399 população geral EUA	(01) Controle sobre as finanças do dia a dia, mês a mês. (02) Capacidade de absorver um choque financeiro. (03) No caminho certo para atingir seus objetivos financeiros. (04) Liberdade financeira para fazer as escolhas que lhe permitem aproveitar a vida.
Perceived Financial Well-Being Scale	N = 1.179 população geral EUA	(1) Estresse atual na gestão do dinheiro (2) segurança financeira futura esperada
Financial Well-Being related Scales	N = 586 clientes de instituições de serviços financeiros BRA. / N =786 população geral BRA.	(1) preparação financeira para emergências; (2) comportamento de risco; endividamento; (3) crenças de limites de crédito como renda adicional.
Multidimensional Subjective Financial Well-being Scale (MSFWBS)	1º coleta N = 890 adultos emergentes italianos / N = 295 italianos emergentes adultos e 124 adultos emergentes portugueses.	(1) bem-estar financeiro subjetivo geral; (2) gestão do dinheiro; (3) comparação entre pares, (4) ter dinheiro; (5) futuro financeiro

Fonte: Elaborada pelo autor.

Já a CFPB (2017) propõe quatro dimensões para o BEF e estas dimensões são resultado da relação de quatro fatores, sensação de ter segurança financeira e liberdade financeira de escolha, presente e futuro. A relação está descrita na Figura 2.

FIGURA 2 – Relação das dimensões do bem-estar financeiro da CFPB

	Presente	Futuro
Segurança	Controle sobre as finanças do dia a dia, mês a mês.	(Capacidade de absorver um choque financeiro)
Liberdade de escolha	Liberdade financeira para fazer as escolhas que lhe permitem aproveitar a vida.	No caminho certo para atingir seus objetivos financeiros.

Fonte: CFPB *Financial Well-Being Scale* (2017) – adaptado pelo autor.

Netemeyer e colaboradores (2017) realizam uma adaptação da escala da CFPB e levanto dois fatores para o BEF. O Estresse atual na gestão do dinheiro, que significa sentir-se estressado ou preocupado com a atual situação financeira, e o segurança financeira futura esperada, que é a percepção de ter uma segurança financeira e alcançar os objetivos financeiro futuro.

No estudo de Sorgent e Lanz (2017) propôs diferente dimensões, uma dimensão cognitiva que consiste a avaliação geral da própria condição financeira (bem-estar financeiro subjetivo geral), uma dimensão comportamental que consiste em sua percepção da condição financeira e capacidade de gerenciar recursos materiais (gerenciamento de dinheiro), uma dimensão materialista que consiste em avaliar a suficiência dos recursos materiais (ter dinheiro), uma dimensão relacional em que a condição financeira é comparada à dos pares (comparação por pares) e uma dimensão temporal que consiste em uma expectativas sobre a situação financeira futura (futuro financeiro).

A escala de Braga e Oliveira (2018) desenvolvida no Brasil se diferencia das outras escalas, pois apesar de estar na lista de instrumentos para mensurar o BEF, este instrumento não foi desenvolvido e validado para tal fim, o objetivo da escala, conforme os seus autores, é para capturar o impulsionador (ou preparação para emergências) e os obstáculos (crenças nos limites de crédito como comportamento de renda e risco de endividamento) ao BEF. Os construtos mensurados nessa escala são antecessores de um BEF.

2.2 Teoria das representações sociais

2.2.1 Uma explanação geral

A teoria das representações sociais é um domínio da psicologia social (VALA; CASTRO, 2013). A psicologia social apresenta um caráter híbrido que possibilita a concepção de estudos distintos que se situem mais próximos de um ou de outro pólo do contínuo indivíduo – sociedade (WACHELKE; CAMARGO, 2007). A teoria das representações sociais se encontra adjunto ao pólo sociedade, esta considerada uma forma sociológica da psicologia social (FARR, 2012). A TRS segue uma perspectiva europeia da psicologia social, a qual enfatiza o estudo das relações intergrupais dentro de uma abordagem cultural e social dos processos psicológicos (FARR, 2013, CASTRO, 2002).

A TRS adveio da França, com a publicação da obra seminal de Serge Moscovici, *La Psychanalyse: Sonimage et sonpublic* (A Psicanálise: sua imagem e seu público), em 1961 (FARR, 2013). Nesta obra, Moscovici descreve os conhecimentos partilhados pelos diversos setores da sociedade parisiense sobre um novo tipo de conhecimento científico e de práticas profissionais que se difundiam naquela época no país: a psicanálise (WACHELKE; CAMARGO, 2007). Assim, por meio de entrevistas com amostras representativas de diversos grupos sociais da sociedade francesa e posteriormente uma análise de conteúdo da imprensa de diferentes orientações ideológicas (JESUINO, 2014), o autor procurou entender como é assimilada à psicanálise pelos os leigos, enquanto discurso científico. Na obra não havia o objetivo de discutir a teoria psicanalítica, mas tentar compreender como o saber científico se enraizava na consciência dos indivíduos e dos grupos (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2000). Dessa forma, por meio desse estudo, Moscovici inaugura uma nova área do conhecimento científico que tem como foco o pensamento de senso comum.

A TRS faz referência à construção seletiva do conhecimento do senso comum. Esta forma de conhecimento, designada também como “saber ingênuo” ou “natural”, não é uma versão espúria do conhecimento científico, mas um saber prático que por sua importância na vida social, devido aos esclarecimentos que traz acerca dos processos cognitivos e as interações sociais, o torna um objeto de estudo tão legítimo quanto o saber científico (JODELET, 2001).

Moscovici (2015) argumenta que as representações sociais, enquanto forma de conhecimento, possuem finalidades até certo ponto opostas à do conhecimento científico. A ciência busca estranhar fenômenos que à primeira vista são familiares ou inteligíveis para chegar a conhecimentos válidos sobre a realidade. Já as representações sociais buscam se tornar comum e familiar algo que é incomum. Os sujeitos, neste caso, estão mais interessados em confirmar uma conclusão do que questioná-la ou duvidá-la, e as premissas são utilizadas para ajudar a tornar a conclusão verdadeira.

Dessa forma, as representações sociais, enquanto forma de saber prático, implicam em uma ruptura com as vertentes clássicas das teorias do conhecimento, anunciando importantes mudanças no posicionamento quanto ao estatuto da objetividade e da busca da verdade. O estudo das representações sociais se insere entre os esforços de desconstrução da retórica da verdade, que, entre outros aspectos, torna o senso comum como um conhecimento legítimo e motor das transformações sociais. (SPINK, 2013).

O entendimento da teoria das representações sociais passa pela noção de representação, que é um dos seus conceitos-chave (JOVCHELOVITCH, 2004). Segundo Moscovici (2015, p.40), “todas as interações humanas, surjam elas entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações”. A representação implica uma relação indissociável entre um sujeito e um objeto, uma estrutura de mediação que por meio de ação comunicativa liga essas duas entidades (JODELET, 2018; JOVCHELOVITCH, 2004). O sujeito pode se tratar de um indivíduo ou de um coletivo. Já o objeto pode ser um ou mais indivíduos, um fenômeno relacionado à vida pública ou privada ou algo material ou idealizado. A representação está relacionada com o objeto na forma de simbolização, ela toma seu lugar e, de interpretação, confere-lhe significações. Estas significações resultam de uma atividade que faz da representação uma construção e uma expressão do sujeito (JODELET, 2001,2018).

As representações podem ser remetidas a uma perspectiva individual ou coletiva, que vai de acordo com o nível de avaliação (WAGNER, 2013) ou com o tipo de disciplinas adotadas (JODELET, 2016a). Considerando o tipo de disciplina, na visão da Psicologia (desenvolvimental, cognitiva ou clínica), por exemplo, as representações são estudadas de forma individual, sendo analisados os processos intraindividuais e as estruturas de saber correspondentes. No caso das ciências

sociais, as representações são reportadas ao um aspecto coletivo, sendo estudadas as elaborações compartilhadas, ligadas à interação e à comunicação social. A psicologia social funciona como uma ponte entre essas duas grandes tendências (JODELET, 2018). No entanto, é especificamente por meio da TRS que a relação individual e social se mantém ligadas de forma mais efetiva na construção das representações (DOISE, 2002).

Esse resultado é devido, principalmente, à característica da TRS de considerar o sujeito como ator social, sendo, assim, considerado um indivíduo ativo que constrói a sua realidade a partir do contexto sociocultural em que está inserido (ALBA, 2014). As representações, na teoria da representação social, são próprias do sujeito como também resultadas das condições em que surgem e circulam (SPINK, 1993). Assim, as representações sociais não são uma junção de reproduções individuais da mesma maneira que o social é mais que uma junção de indivíduos (JOVCHELOVITCH, 2013).

Vale ressaltar que o aspecto conciliador da TRS vem da base teórica que a teoria foi formulada. Moscovici, ao desenvolver a teoria da representação social, apoiou-se em autores das ciências sociais e da psicologia, como nos estudos antropológicos de Lévi-Bruhl sobre a natureza do pensamento primitivo; na teoria psicanalítica de Freud; na teoria da linguagem de Saussure; na teoria das representações infantis de Piaget; e na teoria do desenvolvimento sócio interacionista de Vygotsky. (CASTRO, 2002; WACHELKE; CAMARGO, 2007; ARRUDA, 2002). No entanto, foi nos estudos da representação coletiva de Émile Durkheim, um dos fundadores da sociologia, que a teoria mais se fundamentou (FARR, 2013; MOSCOVICI, 2015).

Durkheim, ao propor a noção de representação coletiva, introduziu a ideia de que a condição de existência de todo o pensamento organizado (e.g. mito, religião, ciência, regras morais, ideologia) é a vida social. Dessa forma, a vida social, com as suas formas características de organização, produz representações coletivas, que se impõem aos indivíduos, mesmo que estes não tenham delas consciência (CASTRO, 2002; VALA; CASTRO, 2013). Para Durkheim, as representações coletivas, de maneira primitiva, são formadas pela combinação de representações individuais que, em seu conjunto, constituem algo diferente destas. No processo de interação e combinação com outras representações, as representações coletivas vão se tornando complexas, autônomas e até mesmo

estatísticas e, assim, acabam se tornando exteriores e independentes dos indivíduos e em até certo ponto anterior a eles (ALBA, 2014).

Todavia, em uma releitura de Durkheim, Moscovici articula que pessoas e grupos não são meros receptores passivos de representações coletivas. Os sujeitos pensam por si mesmos, produzem e comunicam suas próprias representações (MOSCOVICI, 2015). Dessa forma, a alteração da palavra "coletivo" para "social" é para enfatizar a pluralidade de representações e sua diversidade dentro de um grupo (MOSCOVICI, 1988). Embora seja verdade que os indivíduos estão profundamente marcados pela sociedade a qual pertencem, eles têm o benefício do livre-arbítrio, a liberdade de realizar escolhas em consonância com seus gostos (ALBA, 2014). Assim, a ideia de representação coletiva se estrutura na forma de conceito de caráter explanatório, que faz referência a uma vasta classe geral de ideias e crenças já concebidas. A representação social se constitui na forma de fenômenos que necessitam ser descritos e explicados, além disso, são fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar de cada indivíduo (MOSCOVICI, 2015).

Moscovici supera a dicotomia entre os níveis individual e coletivo de representações, integrando-os em sua proposição teórica, uma vez que as representações sociais estão presentes nos indivíduos, em seu universo interior, mas com características sociais – quando expressas por grupos sociais, são engendradas coletivamente, e contribuem para os processos de formação dos comportamentos e de orientação das comunicações sociais (MOSCOVICI, 1976).

Para Moscovici, as leis constituintes dessas representações coletivas são, na realidade, elaboradas por uma construção interligada entre as leis individuais. De fato, não é a contribuição da representação individual ou grupal que permite chamar de representações sociais; é o ato de terem sido moldados por um processo de troca e interação. Portanto, a necessidade de transformar a representação em uma ponte entre os mundos individual e social e vinculá-la à visão de uma sociedade em mutação que levou à criação da terminológica (MOSCOVICI, 1988).

2.2.2 As abordagens da representação social

A conceituação formal da representação social nunca foi uma preocupação do idealista do termo, Moscovici (SÁ, 1995). O autor – por considerar a

Psicologia Social como uma ciência igual à Sociologia, Antropologia, História e outras – deveria seguir de maneira análoga à estratégia de teorização desses campos, que não buscam uma definição exata ou fechada dos seus conceitos (MOSCOVICI, 1988).

A não definição de um conceito fechado para representação social permitiu que inúmeros autores propusessem sua própria definição, em razão do seu foco de interesse e da sua posição teórica. A diversificação dessas definições se desdobra em três abordagens teórico-metodológicas distintas para estudar o fenômeno das representações sociais: a abordagem processual, liderada por Denise Jodelet; a abordagem societal, liderada por Willem Doise, identificada nos meios acadêmicos como Escola de Genebra; e a abordagem estrutural, liderada por Jean-Claude Abric, também conhecida como a Escola do Midi (ALMEIDA, 2009).

Sá (1998, p. 65) chama a atenção para o caráter complementar que essas abordagens assumem: “A grande teoria das representações sociais [...] desdobra-se em três correntes teóricas complementares [...]. Não se trata por certo de teorias incompatíveis entre si, na medida em que provêm todas de uma mesma matriz básica e de modo algum a desautorizam”.

2.2.2.1 Abordagem Processual

A abordagem processual, conhecida também como culturalista (ALMEIDA, 2005), é uma das mais fiéis à teoria original da representação social de Moscovici (SÁ, 1998). Essa abordagem é liderada por Denise Jodelet, a qual foi membro do Laboratoire de Psychologie Sociale da École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, desde sua criação, em 1965, por Serge Moscovici, e se tornou, posteriormente, diretora desse departamento após a saída de Moscovici. Jodelet também é uma das principais responsáveis pela disseminação da TRS na América Latina.

A vertente teórica processual compreende as representações sociais como o estudo dos processos e dos produtos através dos quais os sujeitos e os grupos constroem e significam o mundo, integrando as dimensões sociais e culturais com a história (ALMEIDA, 2005). Esse desdobramento vincula a representação social na vida cotidiana, reconhecendo-a como um sistema de interpretação dos

diferentes aspectos da realidade cotidiana que orienta e organiza as condutas e as comunicações sociais (JODELET, 2001).

Dessa forma, na abordagem processual, as representações sociais são fenômenos complexos que podem ser observados e analisados no cotidiano dos sujeitos por meio dos discursos das pessoas e dos grupos que criam RS de um dado objeto; os comportamentos e as práticas sociais que se expressam nas RS; o exame dos documentos e registros que institucionalizam os discursos e as práticas do grupo; e as interpretações a eles dados pelos meios de comunicação, os quais influenciam na manutenção e transformação das RS (ALMEIDA, 2009; JODELET, 2001).

Assim, para Jodelet, a compreensão da complexidade do fenômeno é teorizada a partir de experiências concretas e de pesquisas empíricas, em que o fato constatado tem obrigatoriamente predominância sobre a teoria.

2.2.2.2 Abordagem societal

A abordagem societal surgiu de um grupo de pesquisa em Psicologia Social Experimental da Universidade de Genebra, liderado por Williém Doise. O grupo articulou as representações sociais com uma perspectiva mais sociológica, enfatizando a inserção social dos indivíduos como fonte de variação dessas representações (ALMEIDA, 2009). O objetivo dessa abordagem é conectar o individual ao coletivo, de maneira a articular explicações de ordem individual com explicações de ordem societal (ALMEIDA, 2009), demonstrando que os processos que os indivíduos dispõem para funcionar em sociedade são orientados por dinâmicas sociais de diferentes ordens – interacionais, posicionais ou de valores e de crenças gerais (DOISE, 2002).

A abordagem societal pressupõe a integração de quatro níveis de análise no estudo das RS. O primeiro focaliza os processos intraindividuais, analisando o modo como os indivíduos organizam suas experiências com o meio ambiente. O segundo descreve os processos interindividuais buscando nos sistemas de interação dos indivíduos os princípios explicativos típicos das dinâmicas sociais. O terceiro se refere aos processos posicionais, leva em conta as diferentes posições que os indivíduos ocupam nas relações sociais e analisa como essas posições modulam os processos do primeiro e do segundo níveis. O quarto, o ideológico,

enfoca os sistemas de crenças, representações, avaliações e normas sociais, características de uma determinada sociedade ou de certos grupos, que dão significação aos comportamentos dos indivíduos e criam as diferenciações sociais, a partir de princípios gerais (DOISE, 2002; DOISE; VALETIM, 2015).

Recentemente, Doise adicionou mais dois níveis: o nível intersocietal, que implica a análise das relações que unem as sociedades em uma estrutura normativa comum, e o nível neurológico, o qual avalia as variações nas funções cerebrais neurológicas em decorrência da evolução das relações sociais, sendo nomeado, também, como cérebro social ou neurociência social (DOISE; VALETIM, 2015).

Outra forma de análise utilizada por Doise e colaboradores é o conceito de Sistema e Metasistema proposto por Moscovici em seus estudos iniciais (DOISE; VALETIN, 2015), cuja RS são as regulações efetuadas pelo metassistema social sobre o sistema operacional individual, em que o primeiro controla, verifica e seleciona através de regras lógicas ou não; regula a matéria produzida pelo sistema operacional, que realiza associações, inclusões, discriminações e deduções (DOISE, 2014).

Abordagem societal também trouxe importante contribuição na TRS, propondo um quadro teórico e metodológico para o estudo quantitativo das representações sociais, o denominado paradigma das três fases. Seu estudo remete a três hipóteses importantes, a primeira hipótese refere-se aos diferentes membros de uma população estudada que partilham efetivamente certas crenças comuns concernentes a uma dada relação social (ALMEIDA, 2009). A segunda hipótese refere-se à natureza das tomadas de posições individuais em relação a um campo de RS. A teoria das representações sociais deve explicar como e por que os indivíduos diferenciam entre si nas relações que eles mantêm com essas representações. Por fim, a terceira hipótese considera a ancoragem das tomadas de posição em outras realidades simbólicas coletivas, como as hierarquias de valores, as percepções que os indivíduos constroem das relações entre grupos e categorias e as experiências sociais que eles partilham com o outro (DOISE, 2002).

2.2.2.3 Abordagem estrutural

A abordagem estrutural proposta por Jean-Claude Abric e complementada por Claude Flament, Pierre Vergés, Pascal Moliner, Cristian Guimelli e

outros membros do Grupo do Midi, contribuiu massivamente para esclarecer as lógicas sociocognitivas subjacentes da organização geral das representações sociais (RATEAU *et al.*, 2012). Essa vertente se debruça sobre os conteúdos das RS, considerando como um conjunto estruturado, e não como uma simples coleção de ideias e valores, em que os conteúdos das representações se organizam em um sistema central e um sistema periférico (JODELET, 2016b). Dessa forma, a abordagem estrutural foi a única a formalizar uma teoria, chamada Teoria do Núcleo Central, que contribuiu para solucionar o problema empírico das características contraditórias das representações, as quais se apresentavam ao mesmo tempo estáveis e mutáveis, rígidas e flexíveis, consensuais e individualizadas (SÁ, 1998).

Essa pesquisa, de maneira mais específica e metodológica, utilizará a abordagem estrutural. No entanto, as outras vertentes da TRS poderão ser empregadas de forma complementar ao longo do trabalho. A próxima seção dedicase, de forma mais acentuada, à descrição da Teoria do Núcleo Central.

2.2.3 Funções das representações sociais

As representações sociais desempenham um papel fundamental como sistemas de interpretação, regendo a relação do indivíduo com o mundo e com os outros; e como sistemas de regulação das práticas sociais, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais (JODELET, 2001). Desse modo, as representações sociais exercem diferentes tipos de funções, sendo algumas cognitivas e outras propriamente sociais (MOSCOVICI, 2015).

Abric (2001a) aborda quatro funções essenciais para a representação social: a do saber ou cognitiva, a identitária, a orientadora e a justificadora. A função do saber permite que os atores sociais compreendam e expliquem a realidade que os cerca. Essa função possibilita que indivíduos possam adquirir conhecimentos e os integrem num quadro assimilável por eles (o senso comum), e tudo isso de modo coerente com seus valores e seu funcionamento cognitivo. A função também facilita a comunicação social, possibilitando o intercâmbio social, a transmissão e a difusão desse conhecimento "ingênuo", manifestando assim o esforço permanente do homem para compreender e comunicar.

A função identitária situa os indivíduos ou grupos sociais dentro de um campo social, permitindo a elaboração de uma identidade social e pessoal, em

consonância aos sistemas de normas e valores do contexto englobado. A função identitária destaca o papel da comparação intergrupar, ou seja, grupos distintos possuem uma tendência de acentuarem suas diferenças e semelhanças (ALMEIDA, 2009), funcionando, assim, como um motor da construção de uma identidade social positiva (DOISE, 2002). Dessa forma, a identidade de um grupo desempenhará um papel importante no controle social exercido pela comunidade sobre cada um de seus membros, particularmente nos processos de socialização.

A função de orientação guia os comportamentos, as práticas sociais e as condutas no grupo social por meio de três fatores: i) definição da finalidade da situação. A representação da situação determina, *a priori*, os tipos de relação apropriados para um sujeito e, eventualmente, as situações onde existe uma tarefa a ser cumprida. O tipo de estratégia cognitiva que vai ser adotada. ii) sistema de antecipação e de expectativas se trata, portanto, de uma ação sobre a realidade, um processo de seleção e de filtro da informação, de realizar interpretações para modelar a realidade de acordo com a representação. A existência de uma representação da situação anterior à própria interação faz com que, na maioria dos casos, as conclusões sejam feitas antes mesmo de a ação começar. iii) prescrição de comportamento, a representação social como reflexo da natureza das regras e dos laços sociais define o que é legal, tolerável ou inaceitável em um determinado contexto, prescrevendo, assim, os comportamentos.

A função justificadora permite que os atores sociais expliquem e justifiquem suas posturas e condutas a posteriori, principalmente em relação ao seu grupo. Na relação intergrupos, essa função justifica e perpetua a diferenciação social, podendo, como os estereótipos, pretender discriminar ou manter uma distância social entre os respectivos grupos.

2.2.4 Processo de formação das representações sociais

As representações sociais se constroem nas relações de comunicação de indivíduos ou grupos que compartilham crenças ou pontos em comuns referentes a uma dada relação social (DOISE, 2002). Essa relação gera trocas simbólicas que estruturam uma representação em duas partes desassociáveis: simbólica e outra icônica.

As representações sociais são formadas e mantidas por dois processos básicos que ocorrem simultaneamente e de maneira inter-relacionadas: a ancoragem e a objetivação. (JODELET, 2018; VALA; CASTRO, 2013; CASTRO, 2002). Esses dois processos têm como objetivo transformar o não familiar em familiar. O primeiro busca ancorar ideias estranhas, reduzindo-as a categorias e colocando-as em um contexto já conhecido, o segundo procura objetivá-los, isto é, transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico (MOSCOVICI, 2015).

A ancoragem consiste em um processo de assimilação da novidade no sistema de pensamento existente (JODELET, 2018). Este mecanismo enraíza o objeto em uma rede de significações que permite categorizá-lo de acordo com o sistema de categorias previamente constituído de cada indivíduo (JODELET, 2001). Assim, um novo objeto ao ser processado cognitivamente não entra em um vazio conceitual, mas sempre dentro de um acervo de padrões/categorias armazenados na memória os quais serão utilizados para comparar e por seguinte classificar e/ou denominar este algo novo.

As categorias se organizam em torno de um protótipo que é o membro da categoria que melhor a define, sintetizando um conjunto de características que são mais significativas para a categoria (PEREIRA, 2001). A classificação de algo ou alguém é baseada na comparação com um protótipo, que confronta o objeto com as características mais representativas desse protótipo, assim, a classificação consiste em estabelecer uma relação positiva ou negativa com estes padrões conceituais constituídos (MOSCOVICI, 2015).

Em relação à objetivação, Moscovici (1976, p.107) descreve como um “processo que permite tornar real um esquema conceptual, dar a uma imagem uma contrapartida material”, dessa forma, consiste em uma operação imaginante e estruturante que torna concreto, quase tangível, o conceito abstrato (SÁ, 1995).

Para Moscovici (2015), as palavras não são providas de sentido, são os indivíduos, obrigados, que as ligam a alguma coisa, provendo-as com sentidos concretos equivalentes. Contudo, o autor reconhece que nem todas as palavras ou conceitos podem ser ligados a imagens, principalmente porque a disponibilidade destas é menor (SÁ, 1995). Assim, a reprodução visual de um complexo de ideias ocorre por meio de uma seleção e integração de imagens que possuem maior poder figurativo e capacidade de representação do objeto. O autor denomina esse padrão

de núcleo figurativo. O processo de seleção do núcleo figurativo está ligado diretamente às crenças e às imagens significantes existentes em uma sociedade (MOSCOVICI, 2015).

Dessa maneira, pode-se descrever que a objetivação é constituída de três etapas: a construção seletiva, a esquematização e a naturalização (VALA; CASTRO, 2013). A primeira etapa seleciona e descontextualiza os elementos do que vai representar, operando assim um enxugamento do excesso de informação, uma vez que não é possível lidar com o conjunto da informação transmitida. Esta sofre cortes baseados nos critérios normativos e culturais de uma sociedade. Realizado os recortes, inicia-se a segunda etapa, na qual se agrupam os fragmentos, estruturando o “núcleo figurativo” da representação e formando uma estrutura imaginante que reproduz a estrutura conceitual. A última etapa, a naturalização, é o momento que se cristaliza o complexo; as imagens se tornam elementos da realidade, em vez de elementos do pensamento (ARRUDA, 2002; SÁ, 1995).

A ancoragem e a objetivação são dois mecanismos da representação social que dependem da memória, especificamente da memória coletiva, para superar o não familiar. A ancoragem mantém a memória em movimento, a qual é dirigida para dentro, e está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que são classificados de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A objetivação, sendo um pouco mais direcionada para fora (para outros), gera conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido (MOSCOVICI, 2015).

2.2.5 Teoria do Núcleo Central

A Teoria do Núcleo Central é fundamentada simultaneamente em duas propostas teóricas, a primeira é a de “núcleo figurativo” do processo de objetivação de Moscovici, que fornece a estrutura conceitual da representação social. O segundo é o estudo de Asch (1946) sobre a percepção social, no qual relata que a impressão formada sobre alguém é organizada em torno de características centrais, que modulam a significação das outras características atribuídas a essa pessoa (RATEAU *et al.*, 2012). Dessa forma, inspirada nessas proposições teóricas, a Teoria do Núcleo Central, proposta por Abric (1976, 1993), considera a

representação como um conjunto hierárquico de crenças, em que elementos periféricos se organizam em torno de um núcleo. Formalmente, o núcleo é constituído por um número limitado de crenças que reúnem um consenso significativo dentro do grupo e são notavelmente estáveis ao longo do tempo (MOLINER; ABRIC, 2015).

Os elementos que compõem o núcleo central da representação são fundamentais para RS, uma vez que determina o significado e a organização da representação (ABRIC, 1998). De acordo com Moliner e Abric (2015), o núcleo central ou núcleo estruturante fornece três funções essenciais para RS: (i) geradora de significado - é através dos elementos do núcleo central que outros elementos no campo representacional adquirem significado e valor específico para os indivíduos, assume-se, neste caso, que os elementos centrais têm um papel semelhante ao das características centrais sugeridas por Asch (1946) em seus estudos sobre percepção; (ii) função organizacional - é em torno do núcleo central que outros elementos representacionais são organizados e é esse mesmo núcleo que determina as relações mantidas entre esses elementos; (iii) função de estabilização - o núcleo central é a parte mais estável e mais resistente de uma representação. Esta função resulta da combinação dos dois anteriores e da natureza consensual dos elementos centrais.

Os elementos periféricos estão organizados em torno do núcleo central e desempenham um papel importante na concretização do significado da representação, pois constituem a interface entre o núcleo central e a situação concreta (contexto) na qual a representação é elaborada ou trabalha (ABRIC, 1998). Dessa forma, os elementos periféricos são caracterizados por serem crenças que se referem a experiências concretas e individualizadas; e por serem condicionadas a um contexto. Embora esses elementos, evidentemente, dependam de elementos centrais para adquirir significado e valor, eles refletem a experiência de indivíduos dentro de um contexto (MOLINER; ABRIC, 2015).

Assim, Abric (1998) afirma que os elementos periféricos respondem a três funções essenciais: (i) função concreta - diretamente dependente do contexto, resulta da ancoragem da representação na realidade e permite que ela seja coberta de termos concretos, compreensíveis e imediatamente transferíveis; (ii) função de regulação - mais flexível que os elementos centrais, os elementos periféricos desempenham um papel essencial na adaptação da representação às evoluções do

contexto; e (iii) função de defesa – a região periférica permite a integração de novas informações sem a necessidade de transformar os elementos centrais do sistema.

No entanto, o conceito de elementos centrais e periféricos, na proposição original da teoria, apresentava-se insuficiente para solucionar o problema de caráter contraditório da RS, de ser estável e dinâmico ao mesmo tempo. Então, foi sob o impulso das obras de Claude Flament que a teoria integrou a noção de "sistema" (MOLINER; ABRIC, 2015). Dessa maneira, as representações sociais e seus componentes (núcleo central, elementos periféricos) funcionam como um sistema interno duplo, em que cada parte tem um papel específico, mas complementar ao da outra (ABRIC, 1998).

Haveria assim, primeiro, um sistema central constituído pelo núcleo central da representação, diretamente associado a valores e normas, que define os princípios fundamentais em torno das representações que são constituídas. Em um segundo momento, existiria um sistema periférico constituído pelos demais elementos da representação, cuja determinação é mais individualizada e contextualizada, com maior nível de associação às características individuais e ao contexto em que os indivíduos estão imersos (ABRIC, 1998). A principal função deste sistema dual é assegurar a estabilidade da representação dentro do grupo que a transmite. Esta estabilização depende da capacidade do sistema de preservar o consenso dentro do grupo, ao mesmo tempo em que permite as divergências individuais (MOLINER; ABRIC, 2015).

2.3 Consumidores de baixa renda

Nas últimas décadas, o interesse por pesquisas relacionada ao consumo das classes com rendas menos abastadas tornou-se crescente (CHAUVEL; MATTOS, 2008; SANTO; HEMAIS, 2017). Tal interesse emergiu principalmente após as publicações de Prahalad (PRAHALAD; HART, 2002; PRAHALAD; HAMMOND, 2002), que proferiram sobre o potencial de consumo da base da pirâmide (BdP) global (SANTO; HEMAIS, 2017; HEMAIS; CASSOTI; ROCHA, 2013).

Prahalad e Hammond (2002) argumentam que os indivíduos na BdP constituem um grande mercado consumidor, com aproximadamente quatro bilhões de consumidores. As empresas interessadas em explorar esse mercado podem obter lucros significativos, no entanto, tais empresas precisam adaptarem suas

ofertas para atender esse tipo de público. Além de um fator financeiro, essa iniciativa pode ajudar a melhorar a qualidade de vida dos indivíduos desse estrato social, contribuindo, assim, para erradicar a pobreza (PRAHALAD; HART, 2002; PRAHALAD; HAMMOND, 2002).

Contudo, a argumentação de Prahalad já era um reflexo de um movimento que o mercado já vinha apresentando. Até o fim dos anos 80, os ricos e a classe média de países desenvolvidos representavam 75% das vendas de bens de consumo produzido no mundo. Nos anos 90 com sinais de saturação desse mercado, houve um deslocamento das vendas para o mercado de países emergentes, sendo as grandes multinacionais as principais responsáveis pelas mudanças (BLECHER; TEXEIRA, 2003). No Brasil, essa mudança de mercado ficou clara após o Plano Real (1994), o que propiciou a inserção de novos grupos de brasileiros na sociedade de consumo (LAMOUNIER; SOUZA, 2010; NERI, 2011).

A visão de Prahalad sobre o consumo da base BdP não é a única. Críticas sobre a forma de erradicação da pobreza por meio do consumo proporcionaram uma perspectiva denominada “moralista” sobre o consumo da BdP. (HEMAIS; CASSOTI; ROCHA, 2013). Diferente da visão “Hedonista” de Prahalad, a visão antagônica, defendida principalmente por Karnani, argumenta que a fortuna na base da pirâmide nada mais é do que uma “miragem”, pois 80% dos gastos de consumidores na base da pirâmide são com alimentos, vestuário e combustível, restando-lhes pouco dinheiro para ser gasto com outros produtos, de natureza hedônica (KARNANI, 2007). O incentivo ao consumo na base da pirâmide para influenciar os hábitos desses consumidores, de modo que passem a gastar mais com produtos hedônicos, pode gerar consequências desastrosas, pois o dinheiro gasto em produtos hedônicos reduz os recursos destinados à produtos essenciais (DAVIDSON, 2009).

Outras discussões que também ocorrem na literatura são sobre a composição da base da pirâmide. Prahalad e Hart (2002) refere-se como BdP as 4 bilhões de pessoas que vivem com menos de US\$2,00 por dia. Já o Banco Mundial classifica esses indivíduos como pertencentes da extrema pobreza, pois vivem com menos de US\$ 1,90 por dia. O banco considera como pobres aqueles vivem com menos de 3,20 dólares por dia em países de renda média-baixa e 5,50 dólares por dia é a linha-padrão de pobreza para países de renda média-alta (BANCO MUNDIAL, 2018).

No Brasil, o termo mais usual utilizado pela academia é a “baixa renda”, que abrange um segmento social mais amplo que a BdP, tendo como referência apenas o baixo poder aquisitivo (NOGAMI; PACAGNAN, 2011). No país há vários critérios para estratificar classes sociais ou econômicas. O critério mais utilizado por muitas empresas para a classificação econômica da população é o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB). O CCEB utiliza características como a posse de bens, o nível de instrução do chefe de família e a existência de empregados mensalistas para estimar o poder de compra de famílias em sete classes (A1, A2, B1, B2, C, D e E) (ABEP, 2018). No entanto, o CCEB apresenta problemas devido ao fato de tomar como base a posse de bens de consumos que precisam ser periodicamente revistos à medida que os bens utilizados no sistema de pontuação são popularizados, perdendo seu caráter discriminatório (MATTAR, 1996).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Pesquisa do Orçamento Familiar (POF), considera apenas a renda média mensal domiciliar em salários mínimos como critério para a divisão social, a qual é distribuída em sete classes, demonstrado no Tabela 1 (IBGE, 2019).

TABELA 1. Distribuição por classe de rendimento do IBGE

Renda Familiar em salários mínimos (SM)	
1	Até 2 SM
2	Mais de 2SM a R\$ 3SM
3	Mais de 3SM a 6SM
4	Mais de 6SM a 10SM
5	Mais de 10SM a 15SM
6	Mais de 15SM a 25SM
7	Mais de 25SM

Fonte: IBGE – POF 2017/2018. Elaborado pelo autor.

O Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS-FGV) dividi por rendimentos familiares per capita as classes econômicas, segmentando em cinco classes (A,B,C,D,E). No qual as classes mais baixas E e D são as que tem rendimento variando de R\$ 0 a R\$ 1.254,00 e R\$ 1.254,00 a 2.004,00, respectivamente (CPS, 2019).

Dessa forma, a classificação de consumidores como de baixa renda não segue uma definição universal e sofre variação de estudo para estudo. Há estudos que consideram como consumidor de baixa renda indivíduos pertencentes das

classes C, D e E pelo CCEB (CHAUVEL; MATTOS, 2008; ROCHA; ARANHA; MOTA). Já outros se baseiam na segmentação de renda do IBGE, considerando baixa renda os dois ou três segmentos inferiores de renda (FELTRIN; HERMAIS, 2019; LEVRINI; POLETTI, 2016). Estudos também se baseiam na classificação da CPS da Fundação Getúlio Vargas, sendo considerado baixa renda os classificados nas classes D e E (NERI, 2010). Por fim, há estudos que realizam essa classificação por meio da renda familiar em salários mínimos, sendo definido como consumidores de baixa renda aqueles que possuem uma renda familiar inferior a quatro (ASSAD; ARRUDA, 2006; POCHIO; ARRANHA; TODD, 2007) ou três salários mínimos (TELLING *et al.*, 2019).

O presente estudo tomará como base a segmentação de renda do IBGE, realizando um ajuste na segunda classe com rendimento mais baixo, elevando o limite superior para 4 salários mínimos.

2.3.1 Finanças do consumidor de baixa renda

Alguns estudos com consumidores de baixa renda tornam como resultado alguns aspectos das questões financeiras vivenciada por esse tipo de consumidor, retratando, de maneira geral, as suas tomadas de decisões financeiras.

O estudo de Mattoso e Rocha (2009), por exemplo, realizado com moradores pobres da Favela da Rocinha no Rio de Janeiro investigou as causas dos problemas financeiros e as estratégias utilizadas para solucioná-las dos consumidores de baixa renda. Os autores evidenciaram que os problemas financeiros vividos por consumidores pobres se originam tipicamente de eventos inesperados, ou não planejados, como desemprego, redução ou suspensão de renda, gravidez (no caso das mulheres), separação ou divórcio, doença ou morte e entre outros. Como não há reserva de recursos, estes eventos desencadeadores dos problemas financeiros provocam uma sequência de acontecimentos negativos na vida desses consumidores, denominado pelos autores como “cadeia de casualidade perversa”. As estratégias mais comuns para resolução desses problemas financeiros são a contratação de empréstimo ou a inadimplência.

Com relação ao uso do crédito, estudos têm demonstrando a preferência do consumidor de baixa por crédito parcelado, mais especificamente por compras parceladas via cartão de crédito (MATTOSO; ROCHA, 2009; BRUSKY; FORTUNA,

2002; BARROS; ROCHA. 2007). Esse é o instrumento que permite a camada menos abastada de participar da sociedade de consumo (BARROS; ROCHA. 2007). Mesmo não sobrando recursos para poupança, as famílias de baixa renda estão constantemente destinando dinheiro para o pagamento de dívidas contraídas com as compras de determinados bens (BRUSKY; FORTUNA, 2002). Fenômeno chamado de "economia invertida", que ocorre por uma preferência pela satisfação imediata das necessidades, em comparação com a gratificação atrasada, mesmo que o custo seja muito maior (MATTOSO; ROCHA, 2009; BRUSKY; FORTUNA, 2002).

Os consumidores de baixa renda possuem um prazer de realizar compras (CHAUVEL; MATTOS, 2008; PARENTE et al., 2005; ASSAD; ARRUDA, 2006), no entanto, esse prazer não é ligado, especificamente, à compra de produtos de alto valor, mas de também de realizar pequenas compras, como ir ao supermercado (CHAUVEL; MATTOS, 2008). Apesar do desejo de participar dos benefícios da sociedade de consumo e de utilizar do mecanismo de compra parceladas para aquisição de bens, o consumidor de baixa renda sempre busca conciliar esse desejo de compra com as suas limitações orçamentárias (CHAUVEL; MATTOS, 2008; BARROS; ROCHA. 2007). Importante destacar que os indivíduos de baixa renda também utilizam do consumo e da posse de bens com meio de se diferenciar (MATTOSO; ROCHA, 2005), denominado como "consumo de pertencimento" (BARROS; ROCHA. 2007). Conforme McCracken, (1990), uma das funções da atividade de consumo é a de servir como instrumento de demarcação social, de diferenciação e formação de identidade.

Quando se analisa o orçamento da baixa renda, a POF (IBGE, 2019) fornece informações sobre o rendimento e as despesas desse segmento de consumidor. Com relação à renda, a origem dos valores recebidos pela classe de rendimento familiar mais baixa, que recebem até 2 salários mínimos, 41% vem do rendimento de trabalho; 28,8%, das transferências (aposentadoria, pensão, programas sociais e outros); 0,3%, dos aluguéis; 0,6%, de outras rendas. No aspecto despesas, as famílias da classe de rendimento mais baixa comprometem uma parte maior de seu orçamento em despesas com alimentação e habitação do que aquelas com rendimentos superiores a 25 salários mínimos. A relação se inverte no que se refere às despesas com transporte e educação.

Estudos também apresentaram resultados com relação à gestão orçamentaria da baixa renda (BARROS, 2007; BARRETO; BOCHI, 2002; ASSAD, ARRUDA; 2006). Estes estudos identificam uma hierarquia de gastos, sendo as compras com alimentação e produtos de limpeza, também denominadas de “compras de casa”, as que possuem maior nível de prioridade no orçamento familiar (CHAUVEL; MATTOS, 2008). Pesquisas demonstram uma dinâmica no processo de compra dos consumidores de baixa renda, dividindo-os em compras mensais e diárias (PARENTE; BARKI; KATO, 2005; ASSAD, ARRUDA; 2006; CHAUVEL; MATTOS, 2008). A compra mensal, a mais volumosa, está relacionada aos rendimentos mensais, sendo realizadas de modo planejado e utiliza informações coletadas sobre preços e estabelecimentos. As compras diárias estão ligadas aos rendimentos eventuais, aqueles decorrentes de algum “bico”, e proporciona um misto de lazer e terapia ao consumidor (ASSAD, ARRUDA; 2006). No estudo de Assad e Arruda (2006), os autores também evidenciam que a baixa renda utiliza a pesquisa de preço como um meio de controle e planejamento financeiro.

3 MÉTODO

Neste capítulo, os principais aspectos metodológicos são discutidos, incluindo questões relativas ao desenho da pesquisa, ao procedimento de amostragem, ao instrumento de pesquisa e às técnicas estatísticas para análise de dados.

Com o intuito de alcançar o objetivo proposto utilizou-se um procedimento metodológico de vertentes qualitativas e quantitativas, sendo os dois de caráter exploratório. Desse modo, o estudo foi dividido em duas partes para proporcionar uma maior nitidez na análise do fenômeno investigado. A primeira parte é a etapa qualitativa, a qual tem como desígnio levantar e conhecer a composição do núcleo central e periférico da representação social do BEF. Os dados desta etapa de pesquisa foram obtidos mediante levantamento feito em campo através da técnica de evocação livre de palavras (VERGÈS, 1992). Posteriormente, para o tratamento dos dados, utilizou-se as técnicas de Análise Prototípica (WACHELKE; WOLTER, 2011) e a Análise de Similitude (FLAMENT, 1981).

A análise prototípica permite conhecer o conteúdo da RS, identificando o sistema periférico e central da representação, como também sua objetivação. A análise de similitude realiza uma investigação mais fina da representação onde se

identificam os processos de esquematização, a rede de significações, que nos permite interpretar a representação; e esta técnica confirmar ou não a centralidade dos elementos determinada na análise prototípica (PEREIRA, 2001).

Em um segundo momento, ocorreu a fase quantitativa do estudo, no qual foi realizado um estudo de corte transversal único com a aplicação de um *survey* (HAIR *et al.*, 2009; MALHOTRA, 2012), o questionário foi derivado das palavras evocadas pelos respondentes na primeira etapa desse trabalho para representar o bem-estar financeiro. Os dados levantados foram analisados por meio da técnica estatística de Análise Fatorial Exploratória (HAIR *et al.*, 2009; MALHOTRA, 2012). A etapa quantitativa possibilita a confirmação da estrutura RS levantada na etapa qualitativa (PEREIRA, 1997), especificamente na análise de similitude com a rede de significações. As dimensões obtidas também possibilitam a compreensão do processo de ancoragem da representação.

3.1 Etapa qualitativa

Esta primeira etapa foca no conteúdo da representação social do BEF, identificando os elementos que o compõem e que trazem significado. Além de identificar de forma inicial a estrutura que compõe a RS.

3.1.1 Levantamento dos dados

O conteúdo das representações sociais do bem-estar financeiro foi avaliado através da aplicação de uma entrevista estruturada com a técnica das evocações livres (VERGÈS, 1992), na qual os entrevistados foram solicitados a mencionarem as cinco primeiras palavras que vêm à mente quando a expressão indutora “bem-estar financeiro” é apresentada. A estrutura da entrevista está apresentado no apêndice A.

Os entrevistadores são instruídos a incentivar que as respostas dos pesquisados sejam as mais espontâneas possíveis, estimulando os pesquisados a não elaborar racionalmente o que irão expressar. Assim, de forma inicial, antes de anunciar a palavra indutora, os pesquisadores informam aos entrevistados que não existem respostas corretas para pergunta que seguirá e que os pesquisados devem expressar a primeira imagem que vem à mente. O intuito é permitir que o sujeito se

sinta sem constrangimentos de expressar livremente o seu pensamento, de forma, a não entrar nos fenômenos da deseabilidade ou outros (PEREIRA, 1997).

Após a aplicação da evocação, foram coletadas as informações sociodemográficas (idade, sexo, estado civil, renda familiar e número de membro da família) dos pesquisados. Todos os dados foram registrados pelo próprio entrevistador.

3.1.2 Universo, amostra e seleção de sujeitos

O universo que foi considerado nesta pesquisa de campo trata-se de pessoas residentes na cidade de Fortaleza- CE, de ambos os sexos, com idade entre 18 a 75 anos. O critério de idade é na expectativa de obter pessoas com relação e entendimento maior sobre o construto.

Neste estudo utilizou-se como critério de corte para definição de baixa renda a declaração da renda familiar em salários mínimos. Foram considerados consumidores de baixa renda indivíduos com renda familiar igual ou inferior a 4 salários mínimos. Tal decisão baseia-se na segmentação de renda proposto pelo IBGE na POF (2017/2018), com uma aproximação da renda em salários mínimos dos três segmentos mais baixos (ver Tabela 4). Assim, os consumidores que possuem como rendimento familiar até 2 salários mínimos (SM) são considerados da classe E, e os que tiverem rendimento superior a 2 SM e inferior a 4 SM são classificados na classe D.

Adotamos esse limiar neste estudo, por ser mais fácil para os entrevistados expressarem sua renda familiar em SM e por se basear em uma segmentação de renda de uma coleta de amostra nacional feita por uma instituição governamental, o IGE. Tal critério também é adotado em outros estudos (LEVRINI; POLETTI, 2016; MATOSO; ROCHA, 2008; PONCHIO et al., 2007).

A amostra foi do tipo não probabilístico com a seleção dos sujeitos efetuada pelo critério de acessibilidade, sendo as entrevistas realizadas em locais de grande circulação como terminais de ônibus, praças e feiras.

3.1.3 Tratamento e análise dos dados

O tratamento dos dados inicia-se com o agrupamento das evocações por meio do processo de lematização, procedimento que agrupa as palavras que compartilham o mesmo radical e classe. Esse tipo de tratamento das respostas é interessante, pois evita ambiguidades e divergências a respeito da categorização dos conteúdos, tornando o processo replicável com maior facilidade (WACHELKE; WOLTER, 2011). No entanto, caso necessário pode se utilizar a categorização semântica, na qual as palavras são unidas conforme o significado em comum entre elas.

Para análise do núcleo central, foram utilizadas duas técnicas lexicométricas de análise de dados: (1) Análise prototípica, técnica desenvolvida por Pierre Vergès, a qual possui o intuito de identificar a estrutura base da representação social, através do cruzamento das frequências das evocações com as ordens das evocações (PEREIRA, 2001). O cruzamento das duas coordenadas gera um gráfico de contingência composto de quatro zonas que permitem identificar o que é central e aquilo que é periférico. Consideram-se as evocações do núcleo central as que obtiveram maior frequência e com menor ordem de evocação, e do sistema periférico as de menor frequência e de maior ordem de evocação (WACHELKE; WOLTER, 2011). No gráfico de contingência, os termos que o constitui também representam o universo mais significativo da objetivação da representação social (PEREIRA, 1997). (2) Análise de similitude (FLAMENT, 1981) técnica baseada na teoria dos grafos, tradicionalmente usada para descrever representações sociais que têm por objetivo estudar a proximidade e as relações entre os elementos de um conjunto, na forma de árvores máximas (MARCHAND; RATINAUD; 2011). Nessa técnica, as evocações são agrupadas e, em seguida, relacionadas por meio de um índice de semelhança (VERGÈS; BOURICHE, 2001). Por meio desse índice de semelhança, estrutura-se a representação de maneira que se possa entender o processamento de informação na mente humana com relação ao fenômeno estudado (PEREIRA, 2001).

A aplicação das técnicas em conjunto faz com que a análise de semelhanças efetue uma análise confirmatória dos sistemas centrais e periféricos levantados previamente na análise prototípica; e coloque em evidência a organização dos

dados, identificando uma estrutura entre eles, uma rede de significado (PEREIRA, 1997).

O processamento dos dados e as análises realizadas neste estudo foram executados no *software* IRAMUTEQ (*Interface de R pour l'és Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), o qual se trata de um programa que se ancora no *software* R e permite diferentes formas de análises estatísticas sobre *corpus* textuais e tabelas de indivíduos por palavras.

3.2 Etapa quantitativa

Após o levantamento dos elementos do núcleo central e periférico da Representação Social do BEF, iniciou-se a segunda etapa da pesquisa que foi a aplicação de uma *survey*. Essa etapa tem o intuito de, por meio de método quantitativo, identificar as dimensões que representam o BEF através dos elementos da representação levantado na fase qualitativa.

3.2.1 Instrumento de pesquisa

O instrumento de pesquisa do *survey* é um questionário composto de (2) duas seções. (1) A primeira seção elaborada a partir das evocações levantadas na primeira etapa da pesquisa de campo. Os núcleos semânticos que apresentarem frequência superior à média das evocações (4,59 média de frequência) foram incluídas no questionário, totalizando 27 elementos selecionadas. Os itens dessa seção foram afirmações que mensuram a opinião do respondente em relação a cada palavra selecionada (Apêndice B). Escalas de Likert de cinco pontos, em que 1 representa “discordo totalmente” e 5 representa “concordo totalmente” foram utilizadas para quantificar as respostas. (2) A segunda seção é a obtenção dos dados sociodemográficos (idade, sexo, estado civil, renda familiar, número de membro da família).

Admitindo-se que os itens criados do instrumento de pesquisa possam ter algum viés interpretativo do autor, bem como pode carregar um padrão de linguagem próprio e inadequado. Um pré-teste foi realizado em um grupo com cerca de 10 indivíduos, para verificação da compreensão e interpretação dos itens individualmente.

3.2.2 Aplicação do Instrumento

Posterior à construção do questionário, foi utilizada, novamente, a pesquisa de campo de caráter de amostragem não probabilística e que a coleta amostral deu-se por meio de critérios de acessibilidade (HAIR *et al.*, 2005; MALHOTRA, 2012). Com a coleta sendo realizada em locais de grande circulação, como terminais de ônibus, feiras e praças.

Os critérios de inclusão dos sujeitos entrevistados na amostra é o mesmo utilizado na fase exploratória, descrita no item 3.1.2.

Com relação ao tamanho da amostra, optou-se por utilizar o processo de amostragem definido por Hair *et al.* (2009). De acordo com o autor, a quantidade de observações deve ser cinco vezes o número de itens que compõe o instrumento de pesquisa. Portanto, levando em conta que a perspectiva para o tamanho do questionário seja de 27 itens.

3.2.3 Tratamento e Técnicas de Análises dos Dados

Previamente às análises, foi realizado o tratamento dos dados, procedimento importante para garantir que os resultados obtidos a partir da análise multivariada sejam verdadeiramente válidos e precisos (HAIR *et al.*, 2009). Desse modo, em toda a amostra, houve as análises de valores omissos (*missing values*), de observações atípicas (*outliers*), de normalidade, de homocedasticidade e a de linearidade.

Posterior ao tratamento, foram aplicadas as técnicas de análise de dados para se extrair as informações necessárias para o alcance dos objetivos da pesquisa.

3.2.3.1 Análise Fatorial Exploratória

Análise Fatorial Exploratória (AFE) é uma técnica apropriada para se analisar os padrões de relações complexas multidimensionais encontradas por pesquisadores. Esta técnica pode ser utilizada para explorar os padrões ou as relações latentes com muitas variáveis e precisar se a informação pode ser condensada ou resumida a um conjunto menor de fatores ou componentes (HAIR *et al.*, 2009). Ao reduzir os dados, a análise fatorial aufere dimensões latentes que,

quando interpretadas e compreendidas, são mais fáceis de serem explicadas (HAIR *et al.*, 2009). Dessa forma, AFE foi utilizada com o objetivo de compreender as dimensões implícitas do BEF, sendo criadas a partir do agrupamento das variáveis propostas no questionário. O intuito foi reduzir ou simplificar os dados, almejando explicá-los em termos de suas dimensões subjacentes comuns (fatores) (HAIR *et al.*, 2009).

Quanto ao tipo de análise, utilizou-se a análise fatorial R, ou *R-mode factor analysis*. Essa forma de análise é utilizada quando se busca identificar estruturas subjacentes capazes de ser percebidas apenas pela construção de relacionamentos entre diversas variáveis (CORRAR; PAULO; FILHO, 2007). Desse modo, analisa-se um conjunto de variáveis para identificar as dimensões latentes, ao invés de indivíduos, por exemplo, como ocorre na análise fatorial Q.

Pelo critério do autovalor, foram selecionados apenas os fatores com autovalores acima de 1,0 (HAIR *et al.*, 2005); uma vez que, ao apresentar valores menores do que essa quantia limítrofe, o fator teria poder de explicação da variância menor do que o de uma variável (CORRAR; PAULO; FILHO, 2007).

Quanto às cargas fatoriais, parâmetros da análise fatorial que relacionam os fatores com as variáveis, representando a correlação (covariância) entre o fator e as variáveis do estudo, o valor mínimo a ser atingido pelos itens é de 0,5 (HAIR *et al.*, 2009). Da mesma forma, as variáveis devem atingir o valor mínimo de 0,5 quanto à comunalidade, a qual representa o percentual de explicação de uma variável, ou seja, quanto todos os fatores juntos são capazes de explicar uma variável (HAIR *et al.*, 2009).

Com o intuito, ademais, de se aumentar o poder explicativo dos fatores, foi utilizada a rotação ortogonal Varimax, uma vez que, embora não haja regras desenvolvidas para guiar os pesquisadores na seleção de um método de rotação, a técnica é recomendada para reduzir a quantidade de variáveis originais, com o cuidado de quão significativos os fatores possam ser (HAIR *et al.*, 2009).

O *software* utilizado para a realização da análise será o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 24.0.

Abaixo serão listadas algumas informações preliminares ao realizar a análise fatorial exploratória:

- Método de Análise: Componentes principais – análise da variância total dos dados com o intuito de identificar um número mínimo de fatores;

- Tipo de Análise: *R-mode Factor* – identificar relação entre variáveis;
- Escolha dos Fatores: Autovalor (*Eigenvalue*) > 1,0 – apenas os fatores com autovalores acima de 1,0 são considerados. Esse indicador informa quanto da variância total um fator consegue explicar;
- Rotação: Varimax – método de rotação ortogonal mais utilizado que tem como intuito maximizar a variação entre os pesos de cada fator, por isso o título vari + max.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.2 Resultados da etapa qualitativa

Nesta secção apresentam-se os resultados do estudo qualitativo que teve por finalidade identificar a representação social do construto bem-estar financeiro. Assim, a seguir será apresentado os resultados das técnicas Análise Prototípica e Análise de Similitude que foram as utilizadas na identificação do núcleo central e periféricos da RS.

4.2.1 Perfis dos entrevistados

As entrevistas foram realizadas durante os meses de novembro a outubro de 2018. 165 entrevistas foram realizadas em terminais de ônibus, praças e feiras livres.

O perfil dos entrevistados foi constituído de 58,3% do sexo feminino e 41,7% do sexo masculino. A idade média dos participantes foi de 33 anos, com renda familiar média de 2 salários mínimos. Com relação ao estado civil, 38,1% são casados, 61,9% solteiros e 5% divorciados.

4.2.2 Análise Prototípica

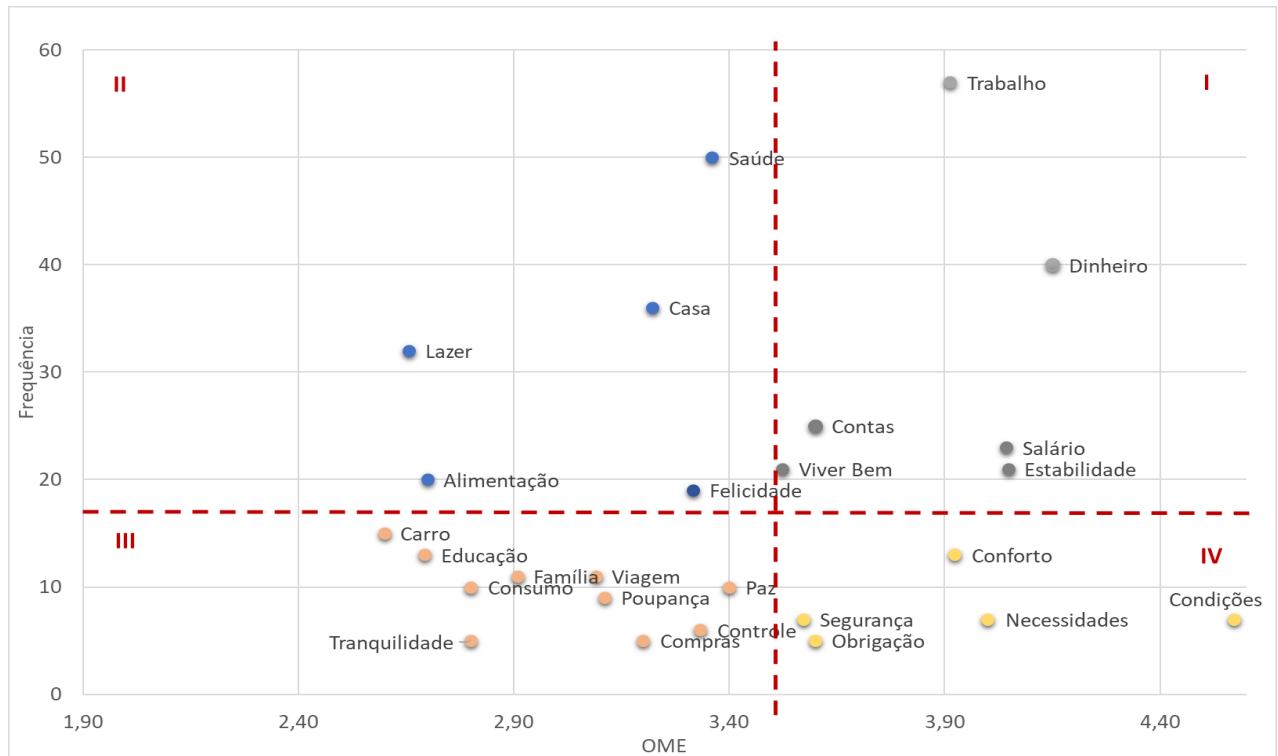
A primeira técnica aplicada foi a análise prototípica. Contudo, antes da construção do gráfico de contingência para identificar o núcleo central e periférico, precisa-se realizar o tratamento das repostas. Dessa forma, na técnica de evocação

de palavras, sem casos omissos, houve 666 palavras evocadas, sendo diferentes 193 (28.9% do total das evocações), o que revela a homogeneidade do conceito antes do processo de categorização. A média geral de frequência das palavras foi de 3,45. As evocações foram agrupadas inicialmente conforme o processo de lematização, procedimento que agrupa as palavras que compartilham o mesmo radical e classe, intitulado os agrupamentos segundo a resposta mais frequente. Esse tipo de tratamento das respostas é interessante, pois evita ambiguidades e divergências a respeito da categorização dos conteúdos, tornando o processo replicável com maior facilidade (WACHELKE; WOLTER, 2011). No entanto, após a aplicação da lematização, verificou-se a necessidade de outro tratamento das respostas para tornar os resultados mais precisos. Então, realizou-se um agrupamento semântico unindo as palavras conforme o significado em comum entre elas e intitulando-as de acordo com as respostas de maior frequência, a escolha pelas palavras mais frequentes é para manter as vantagens da categorização por lematização. Após o processo de agrupamento, a média geral de frequência ficou em 4,59.

Na construção do gráfico de contingência (Figura 3), apenas as palavras com frequência mínima de 5 foram inclusas na análise, cerca de 72,5% do tamanho da amostra. Referente às determinações dos pontos de corte para as coordenadas dos quadrantes, no critério de frequência, optou-se por incluir nos quadrantes de alta frequência as palavras com frequência maior que a média das formas incluídas na análise, no caso da presente análise, isso se deu a partir da frequência 17,89; palavras com essa frequência ou valores superiores corresponderam a 65,4% do total de evocações. Quanto ao critério do ponto de corte para ordem média de evocações (OME), foi empregada a média da ordens de evocação das palavras inseridas para análise, assim o valor do ponto de corte foi 3,59. No entanto, na construção do gráfico de contingência utilizou-se a técnica de Peñaloza *et al.* (2018), que altera as posições dos quadrantes de núcleo central e periférico de forma a tornar mais intuitivo a compreensão dos resultados. Deste modo, os autores realizam uma média ponderada das evocações, considerando a posição que a resposta foi mencionada, pontuando com valor maior as respostas citadas primeiro e com valor menor as mencionadas por último. Assim, o ponto de corte do OME, utilizando o mesmo critério elencado anteriormente, é de 3,52. Palavras com ordem

média de evocação inferiores a 3,52 foram classificadas como tendo baixa ordem de evocação.

FIGURA 3– Gráfico de Contingência - Análise Prototípica



Fonte: elaborado pelo autor.

O quadrante I (superior da direita) da Figura 3 apresenta os possíveis núcleos centrais do bem-estar financeiro, em que consta as palavras de maior frequência e ordem de evocação. Neste quadrante, observa-se a palavra “Trabalho” na centralidade da representação social do bem-estar financeiro, sendo o conceito mais acessível à consciência quando os indivíduos são induzidos a pensar no tema. As outras palavras que compõem o quadrante são “Dinheiro”, “Salário”, “Estabilidade”, “Contas” e “Viver Bem”.

Nos quadrantes periféricos mais próximos (II e IV), há elementos que apesar de secundários, devido a projeção de suas coordenadas, podem indicar a existência de elementos ou grupos de elementos com representação diferente do núcleo central (ABRIC, 2003). No quadrante II, identificamos as palavras “Saúde”, “Casa”, “Lazer”, “Alimentação” e “Felicidade”. Como destaque para evocação “Saúde” que possui uma frequência elevada, posicionado como um conceito

importante na construção da representação. No quadrante IV, tem-se as palavras “Condições”, “Conforto”, “Necessidade”, “Obrigações” e “Segurança”.

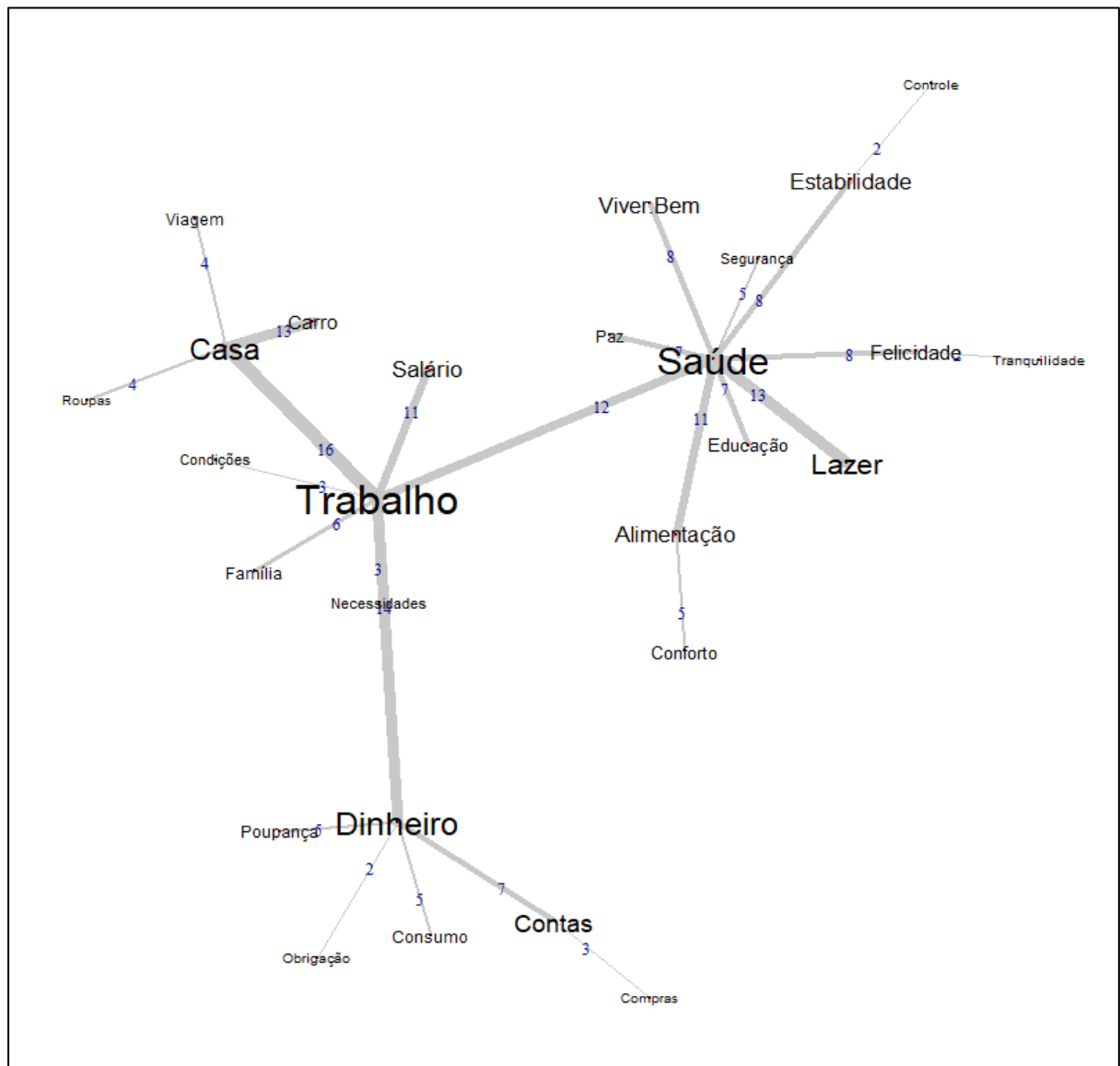
Por fim, há palavras contidas no quadrante III, apesar de trazerem conceitos relacionados à representação social do termo, são pouco importantes no campo da representação, pois possuem uma ordem de prioridade e frequência de citações menores que a média, essa zona traz aspectos mais particularizado da representação (WACHELKE; WOLTER, 2011).

Importante ressaltar que não há uma equivalência imediata entre núcleo central e zona do núcleo na análise prototípica: esta fornece apenas hipóteses de centralidade, que necessitam de verificação por meio de outras técnicas (ABRIC, 2003), no caso desse estudo será verificada pela análise de similitude.

4.2.2 Análise de Similitude

Na construção da árvore máxima da análise de similitude, utilizou-se dos mesmos agrupamentos da análise prototípica e foram inclusas apenas as palavras com frequência mínima de 5. O índice de semelhança empregado foi o de co-ocorrência, que mostra o grau que uma evocação aparece em simultâneo com outra nos diversos sujeitos, o resultado desta análise está demonstrado na Figura 4. Examinando a organização da representação social do bem-estar financeiro pelo gráfico de árvore máxima, observa-se que os elementos “Trabalho”, “Saúde”, “Dinheiro” e “Casa”, os mais frequentes na amostra, apresentam-se como organizadores dos outros elementos da representação, uma vez que mantêm uma forte conexão com eles.

Desse modo, as conexões realizadas pelos organizadores formam quatro grupo na representação social do tema, o primeiro relacionado às conexões com o vértice organizador “Dinheiro” que realiza ligação entre “Contas”, “Obrigações”, “Consumo” e “Poupança”. O segundo grupo relacionado com a vértice “Trabalho”, as palavras conexas como “Salário”, “Família”, “Condições” e “Necessidade”. O terceiro grupo com a vértice “Casa” realiza implicações como “Carro”, “Viagem” e “Roupas”. Por fim, o terceiro grupo que possui o maior número de ligações organizado pela palavra “Saúde”, que possui conexões com as palavras “Lazer”, “Alimentação”, “Felicidade”, “Estabilidade”, “Educação”, “Segurança”, “Paz” e “Viver Bem”.

FIGURA 4. Árvore Máxima - Análise de Similitude

Fonte: elaborado pelo autor.

4.3 Resultados da etapa quantitativa

Após a análise dos dados da evocação, aplicou-se o questionário desenvolvido com os itens dos resultados da primeira fase do estudo. A pesquisa foi realizada entre os meses de janeiro e fevereiro de 2020. Os dados foram coletados em terminais de rodoviários urbanos, praças e feiras livres. O método estatístico AFE foi aplicado nos dados coletados com o auxílio do software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) 24.

4.3.1 Descrição da amostra

Nessa pesquisa a amostra foi constituída com 178 indivíduos. A composição da amostra com relação a variável sexo foi de 50,0% de indivíduos do sexo masculino e 50,0% do sexo feminino, apresentando uma divisão exata nessa variável. A caracterização da amostra por estado civil ficou dividida com 38,4% dos indivíduos casados ou união estável, 54,2% solteiro, 4,0% divorciado e 3,4% viúvo.

Com relação à idade dos participantes, a média foi de 35,2 anos com idades variando de 18 a 74 anos. Na análise por faixa etária, conforme a Tabela 2, há uma concentração nas duas primeiras faixas etárias, 18 até 25 anos e 25 até 34 anos, demonstrando que a amostra possui uma predominância de indivíduos jovens adultos.

TABELA 2. Descrição da variável faixa etária

Faixa etária	Frequência	Porcentagem
18 até 24anos	57	32,0
25 até 34 anos	43	24,2
35 até 44 anos	30	16,9
45 até 54 anos	28	15,7
55 até 60 anos	11	6,2
61 até 75 anos	9	5,1
TOTAL	178	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor.

No aspecto renda, a amostra apresentou uma média de 2,1 salários mínimos por família. A divisão por classe em salários mínimos demonstra que a amostra se encontra equilibrada com as duas classes sociais mais carente de recursos financeiros, conforme a Tabela 3.

TABELA 3. Classes Sociais por Faixas de Salário-Mínimo

Classe	Nº de salários-mínimos(SM)	Frequência	Porcentagem
D	Até 2 SM	101	56,7
E	2 a 4 SM	77	43,3
TOTAL		178	100,0

Fonte: Elaborada pelo autor.

Na variável escolaridade, a maioria dos entrevistados possui nível médio completo, representando 41,6% dos respondentes, seguido por nível fundamental incompleto, 20,4%, e nível médio incompleto, 14,24%.

4.3.2 Resultados da Análise Fatorial

Como descrito anteriormente, optou-se pela análise fatorial exploratória para identificar as dimensões representativas do bem-estar financeiro dos consumidores de baixa renda.

No processo de formação dos fatores, as variáveis V2 “ Ter bem-estar financeiro é ter dinheiro”, V3 “Ter bem-estar financeiro é ter estabilidade”, V4 “ Ter bem-estar financeiro é ter bom salário, V6” Ter bem-estar financeiro é ter felicidade” ,V7 “Ter bem-estar financeiro é viver bem” ,V9 “Ter bem-estar financeiro é ter uma casa para morar”, V10 “Ter bem-estar financeiro é ter lazer”, V.11 “Ter bem-estar financeiro é ter uma boa alimentação”, V12 “ Ter bem-estar financeiro é ter conforto”, V13 “ Ter bem-estar financeiro é ter condições”, V14” Possui bem-estar financeiro é não passar necessidades”, V15 “Ter bem-estar financeiro é viajar”, V19 ”Ter bem-estar financeiro é ter controle” , V21 “Ter bem-estar financeiro é ter poupança”, V25 “Ter bem-estar financeiro é consumir” obtiveram comunalidade menor que 0,5 ou apresentaram carga fatorial cruzada com carga fatorial maior que 0,5, sendo assim, suprimidas das análises.

Após a retirada das variáveis citadas acima. Os parâmetros de esfericidade de Bartlett, que têm a finalidade de mostrar a adequabilidade do uso da análise (CORRAR; PAULO; FILHO, 2017), obteve significância de 0,000, o que indica a legitimidade em utilizar a análise fatorial (HAIR *et al*, 2009). O teste de KMO (Kaiser-Meyer-Olkin), que indica o grau de correlação parcial entre as variáveis (CORRAR; PAULO; FILHO, 2017), resultou em um coeficiente de 0,826, indicando um alto poder de explicação entres os fatores e as variáveis. Os valores obtidos estão sintetizados na Tabela 4.

TABELA 4. KMO e Bartlett do BEF

KMO e Bartlett's Test		
Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		,826
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	916,868
	Df	66
	Sig.	,000

Fonte: Elaboração Própria.

Aplicando a rotação Varimax, a dimensão do BEF ajustou-se em três fatores e, conjuntamente esses três fatores são responsáveis por 66,55% do total da variância explicada. O alfa de Cronbach foi calculado para os três fatores com objetivo de assegurar a consistência interna dos fatores resultantes da AFE (COSTA, 2011). Os três fatores apresentaram superior a 0,60, valor aceitável para pesquisas exploratórias (ROBINSON et al.,1991). Os valores obtidos estão sintetizados na Tabela 5.

TABELA 5. Matriz de Componentes Rotacional – BEF

(continua)

Variáveis	Componentes		
	Bem-estar Subjetivo	Aquisição de Bens	Gestão Financeira
Ter bem-estar financeiro é ter tranquilidade	0,874		
Ter bem-estar financeiro é estar bem com a família.	0,860		
Ter bem-estar financeiro é ter paz	0,821		
Ter bem-estar financeiro é poder ter educação	0,775		
Ter bem-estar financeiro é ter segurança	0,775		
Ter bem-estar financeiro é ter saúde	0,747		
Ter bem-estar financeiro é comprar roupas		0,879	
Ter bem-estar financeiro é poder ter carro		0,794	
Ter bem-estar financeiro é fazer compras		0,787	
Ter bem-estar financeiro é ter trabalho			0,822

(continua)

Variáveis	Componentes		
	Bem-estar Subjetivo	Aquisição de Bens	Gestão Financeira
Ter bem-estar financeiro é ter contas pagas			0,765
Ter bem-estar financeiro é cumprir com as obrigações			0,598
Varição Explicada	37,18%	18,38%	10,44%
Alfa de Cronbach	0,90	0,769	0,646
Método de Extração: Análise de Componente Principal. Método de Rotação: Varimax com Normalização de Kaiser. ^a a. Rotação convergida em 5 iterações.			

Fonte: Elaboração Própria

O primeiro fator nomeado como **Bem-Estar Subjetivo** contém as variáveis “ter tranquilidade”, “estar bem com a família”, “ter paz”, “ter segurança”, “poder ter educação” e “ter saúde”. Esse fator reúne as variáveis que abordam elementos subjetivos do indivíduo relacionado a um estado de bem-estar. O fator remete a possíveis consequências positivas que o BEF proporciona na vida dos consumidores de baixa renda. .

O segundo fator foi denominado de **Aquisição de Bens** apresenta as variáveis “comprar roupas”, “pode ter carro” e “fazer compras”. As variáveis transmitem o aspecto de posse, relacionado a bens materiais, “carros” e “roupas”, como também os aspectos de poder de compras representada pela variável “fazer compras”.

O terceiro fator foi chamado de **Gestão Financeira** e traz consigo variáveis como “ter trabalho”, “ ter contas pagas”, “cumprir com as obrigações”. Esse fator nos remete as decisões financeiras que o consumidor tem que tomar, tanto no aspecto da renda representado pelo “trabalho” como dos gastos representado pelas variáveis “ter contas pagas” e “cumprir com as obrigações”.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na etapa qualitativa, o gráfico de contingência (Figura 3) apresenta no primeiro quadrante os termos que possivelmente constituem o núcleo central da representação social do bem-estar financeiro. A análise desses termos definidores demonstra uma relação compatível com os conceitos atuais de bem-estar financeiro, que se trata de uma relação entre a gestão financeira e um estado subjetivo desejado (BUREAU, 2015; BRÜGGEN *et al*, 2017). As palavras “Trabalho”, “Salário”, “Dinheiro” e “Contas” fazem referência à gestão financeira, e “Estabilidade” e “Viver Bem” fazem alusão ao estado subjetivo desejado. O termo “Trabalho” é a palavra de destaque na representação do BEF, com maior frequência e maior OME (técnica Peñaloza), podendo ser o elemento mais significativo da objetivação da RS do bem-estar financeiro para a população de baixa renda.

Observando os quadrantes periféricos próximos (quadrante II e IV), pode-se destacar a palavra “Saúde” como importante elemento da representação social do termo estudado, a palavra possui uma alta frequência e está posicionada no limiar do quadrante II com o I. A evocação da palavra “Saúde” difere das noções conceituais que estabelecem como um estado subjetivo desejado os termos conforto, segurança e status (BUREAU, 2015; XIAO, 2016; BRÜGGEN *et al.*, 2017), ou seja, não considera a saúde como um resultado desejado pelos indivíduos ao alcançar o bem-estar financeiro, apesar de pesquisas demonstrarem a relação entre saúde e bem-estar financeiro (SHIM *et al.*, 2009). Outros elementos de destaque no quadrante II são as evocações “Casa” e “Alimento”. Tal fato pode ter referência com a importância desses elementos nas finanças da baixa renda, pois são itens com maior peso e prioridade no orçamento das famílias de menor renda (IBGE, 2019; CHAUVEL; MATTOS, 2008).

No quadrante IV, também temos a palavra “Conforto” no limiar com o quadrante I. De forma geral, as evocações dos quadrantes periféricos próximos são palavras que possuem significação com o conceito de bem-estar financeiro, mostrando complementariedade com alguns elementos do núcleo central ou até mesmo podendo fazer parte do núcleo central.

No quadrante III, composto pelas evocações menos relevantes, encontram-se evocações ligadas a aspectos comportamentais, como “Poupança”, “Controle” e “Consumo”; e aspectos relacionados a bens materiais como “Carro”,

“Compras” e “Roupas”. Esses elementos são considerados representações individuais ligadas à realidade do momento dos entrevistados.

Na fase seguinte do estudo qualitativo, a análise de similitude, com a construção da árvore máxima que organiza os elementos da representação de acordo com seu nível de semelhança, confirma a centralidade de alguns elementos definidos na análise prototípica, definindo, assim, o núcleo central da representação social (PEREIRA, 1997, 2001). Além do mais, a análise de similitude cria uma rede de significações a qual retrata os esquemas cognitivos que se constroem na mente das pessoas, norteando a estrutura da representação (PEREIRA, 2001), que será confirmada, neste estudo, na etapa quantitativa.

Desse modo, pode-se observar, Figura 4, que a representação social do bem-estar financeiro possui quatro núcleos organizadores do BEF, “Trabalho”, “Saúde”, “Casa” e “Dinheiro”. O termo “Trabalho” apresenta um papel de centralidade na representação social do bem-estar financeiro, por ser o elemento de conexão entre os outros três elementos organizadores da representação. Talvez pelo fato de o trabalho ser a principal fonte de rendimento dos consumidores de baixa renda (IBGE, 2019), o termo possui esse destaque na construção do BEF. Outro ponto, também, pode ser o fato que a ausência de trabalho (ou desemprego) seja um evento inesperado causador de problemas financeiros para as famílias baixa renda (MATOSSO; ROCHA, 2009).

O elemento “Saúde”, que na análise prototípica se apresenta no limiar do periférico próximo ao núcleo central, possui relevância na representação social do bem-estar financeiro, sendo o elemento com o maior número de conexão com os outros da representação, superando o elemento principal do núcleo central, o “Trabalho”. O elemento “Casa”, que também estava no limiar, apresentou-se na análise de similitude como organizador de um grupo formado por bens (carro e roupas) e viagem.

Podemos afirmar, por meio dessa análise mais fina, que no núcleo central da representação social do bem-estar financeiro da população de baixa renda se centra nos elementos “Trabalho”, “Dinheiro”, “Saúde” e “Casa”. No entanto, os elementos “Contas”, “Estabilidade”, “Salário” e “Viver Bem” também o compõem.

Esses elementos são os mais acessados na memória dos indivíduos quando são levados a pensar sobre bem-estar financeiro. Assim, o agrupamento de fragmentos desses elementos forma a estrutura imaginante que reproduz o conceito

do BEF para os indivíduos de baixa renda. Então, pode-se dizer que o núcleo central, principalmente os elementos trabalho, dinheiro, saúde e casa, compõem o processo de objetivação da representação social do BEF para o grupo estudado.

A rede de significação, formada pelas conexões dos elementos através da análise de similitude, sinaliza o processo cognitivo da representação social do BEF, assim, pode-se observar que os elementos ligados ao organizador “Saúde” são evocações que possuem relação com o termo bem-estar ou qualidade de vida. Já as conexões com o organizador “Trabalho” são relacionadas mais fortemente com os elementos de renda, “Salário”, “Condições” e “Dinheiro”. O organizador “Casa” relaciona-se com bens materiais. As evocações organizadas pelo elemento “Dinheiro” são evocações ligadas às obrigações financeiras com as palavras “Obrigação”, “Contas” e “Poupança”.

Dessa forma, a representação social do bem-estar financeiro é fortemente ligada ao nível do trabalho, esse nível, devido suas ligações com “Salário” e “Dinheiro”, corresponde principalmente à quantidade de renda que a atividade gera. Então, por meio do trabalho o indivíduo vai conseguir dinheiro para cumprir com suas obrigações e alcançar o seu bem-estar. Este bem-estar é expresso de duas formas; uma subjetiva representada, principalmente, pelo o estado de saúde, e por uma objetiva, relacionada à posse de bens materiais, manifestada na figura de dinheiro e de bens.

Na etapa quantitativa, os fatores obtidos na AFE confirmam essa rede de significados visto na análise de similitude. Os três fatores obtidos Bem-Estar Subjetivo, Aquisição de Bens e Gestão Financeira reafirmam essa lógica de significados. O fator Gestão Financeira denota as decisões financeiras que o consumidor tem que tomar no dia a dia para alcançar um estado subjetivo desejado, o fator Bem-Estar Subjetivo, e um poder de comprar, o fator Aquisição de Bens. Uma diferença dessa etapa do estudo para a etapa anterior foi o não carregamento de elementos que se mostraram significativos, os elementos “Casa” e “Dinheiro”.

Essas dimensões sinalizam a rede de categorias armazenados na memória dos indivíduos, os quais são utilizados para comparar e por seguinte classificar o conceito de bem-estar financeiro. Assim, o bem-estar subjetivo, aquisição de bens e gestão financeira compõem o processo de ancoragem da representação social do BEF para o segmento de consumidor de baixa renda.

Correlacionando os fatores do BEF da baixa renda com os componentes da principais escalas utilizadas na literatura, criadas em países desenvolvidos, tem-se que a Gestão Financeira se assemelha com os componentes: Gerenciamento de dinheiro (SORGENT; LANZ, 2017), Controle sobre as finanças do dia a dia e mês-a-mês (BUREAU, 2017) e Estresse atual do gerenciamento do dinheiro (NETEMEYER et al.,2017). O fator Bem-estar Subjetivo tem semelhança com o fator Bem-estar Financeiro Subjetivo geral de Sorgent e Lanz (2017) e alguns aspecto de maneira inversa do fator Estresse atual do gerenciamento do dinheiro de Netemeyer *et al* (2017).

Já o fator Aquisição de Bens poderia se relacionar com os fatores: Ter dinheiro de Sorgent e Lanz (2017) e Liberdade financeira de Bureau (2017), no entanto, somente no aspecto poder de comprar. Nenhum dos fatores levantados na literatura incluem bens específicos na composição do BEF. Tal fato pode estar ligado, como visto na literatura, ao desejo dos consumidores de baixa renda em fazer parte da sociedade de consumo, a qual são excluídos devido às suas limitações orçamentárias (CHAUVEL; MATTOS, 2008; PARENTE *et al.*, 2005; ASSAD; ARRUDA, 2006).

A estrutura da representação social do bem-estar financeiro dos consumidores de baixa renda também difere da literatura na ausência da dimensão relacional, comparação entre os pares; e da dimensão temporal, perspectiva de futuro (JOHNSON *et al.*, 2019; SORGENT; LANZ, 2017; XIAO, 2016; BRÜGGEN *et al.*, 2017; NETEMEYER *et al.*,2017; BUREAU, 2017). A causa do não surgimento desses fatores é oriundo já do processo de evocação de palavras, no qual evocações que poderiam fazer referência a essas dimensões não apresentaram frequência suficiente (abaixo da média) para serem incluídas na etapa quantitativa.

No entanto, o fator Aquisição de Bens pode comportar em certa parte à dimensão relacional, devido ao fato da posse de bens ser utilizado como função de diferenciação e pertencimento social (MATTOSO; ROCHA, 2005; BARROS; ROCHA. 2007). Já a ausência da perspectiva de futuro deve estar relacionado ao estado de escassez relatado por Johnson *et al.*(2019), que reduz a capacidade do indivíduo de executar as funções básicas que fundamentam o comportamento e a tomada de decisões, desse modo, afetando a percepção financeira de longo prazo desses consumidores. Isto pode ser visto na dinâmica do orçamento familiar da baixa renda, em que as tomadas de decisões estão focadas para o cumprimento de

necessidades básicas e imediatas como alimentação (BARROS, 2007; BARRETO; BOCHI, 2002; ASSAD, ARRUDA; 2006).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base a abordagem estruturalista da teoria das representações sociais, este estudo buscou identificar o conteúdo e a estrutura da representação social do bem-estar financeira para os consumidores de baixa renda. Desse modo, a pesquisa utilizou-se de procedimentos metodológicos de vertentes qualitativas e quantitativas. Duas técnicas lexicométricas tradicionais nos estudos das representações sociais, análise prototípica e de similitude, foram usadas para identificar o núcleo central e o sistema periférico da RS. Posteriormente, com os elementos que compõem a RS, aplicou-se AFE para identificar as dimensões que constituem o BEF para o grupo pesquisado.

Assim, ao analisar os dados coletados, identificou-se a representação social do bem-estar financeiro para os consumidores de baixa renda que possuem como elementos de maior centralidade as palavras trabalho, saúde, dinheiro e casa. Estas palavras são os principais componentes do núcleo central, sendo os responsáveis em gerar significado ao BEF para o grupo estudado. Portanto, trabalho, saúde, dinheiro e casa se constituem como elementos significativos da objetivação da representação social do BEF para consumidores de baixa renda. O elemento trabalho é o de maior centralidade, sendo o conceito mais presente na memória coletiva desse segmento de consumidores.

A associação entre os elementos do núcleo central e do sistema periférico em uma rede de significações traz quatro categorias de significados para o BEF. Tais associações proporcionam que o BEF para o grupo estudado é a obtenção de recursos por meio do trabalho para o cumprimento das obrigações financeiras com o intuito de alcançar um bem-estar, constituído tanto por elementos subjetivos como objetivos.

Esses achados já se assemelham em parte com os conceitos definidos de bem-estar financeiro na literatura, contudo, neste estudo é possível evidenciar a ligação do bem-estar financeiro com trabalho, saúde e moradia. Isso sinaliza que a

satisfação com esses fatores possa ter efeito direto no bem-estar financeiro desses consumidores.

A análise quantitativa dos elementos da RS confirma e torna clara essa relação. Assim, identifica-se que a RS do grupo pesquisado é constituída de três dimensões, uma relacionada à gestão financeira, outra à obtenção de bens materiais e a última ao estado subjetivo desejado. Essas dimensões sinalizam o processo de ancoragem na formação da RS do bem-estar financeiro para o segmento de consumidor estudado.

A comparação dessas dimensões com os componentes levantados em estudos realizados com consumidores de países desenvolvidos apresenta algumas diferenças. Aspecto como posse de bens específicos não é citado nesses estudos, sendo somente levantado questões sobre poder de compra. Outras diferenças são em relação às dimensões de perspectivas de futuro e de comparação social, que estão presentes nos estudos com população de países desenvolvidos, e não aparecem na estruturação do BEF para baixa renda de país emergente. A ausência da perspectiva de futuro se deve provavelmente ao estado de escassez de recursos que faz com que os consumidores não sejam capazes de focar em decisões de longo prazo, preocupando-se somente com questões do dia a dia, como o orçamento familiar mensal, diferente do que é mencionado nesses estudos. No entanto, a dimensionalidade da comparação social pode estar latente na dimensão de Aquisição de Bens, pois o consumo é utilizado para a diferenciação social.

Este estudo contribui para o conhecimento acadêmico no que tange à redução da lacuna teórica existente sobre o conceito de bem-estar financeiro, como também à lacuna metodológica no campo da administração referente ao uso das técnicas lexicométricas e da representação social. Contudo, esse estudo evidencia, como principal achado, que a visão de bem-estar financeiro para a população de países emergentes diverge da visão da população de países desenvolvidos.

Desse modo, a pesquisa fornece como contribuições gerenciais que a tentativa de entender ou mensurar o bem-estar financeiro por meio de instrumentos estrangeiros podem ser ineficientes. Como exemplo, tem-se o caso do SPC Brasil que utiliza a escala *CFPB Financial Well-Being Scale* da Bureau (2017) para mensurar o bem-estar financeiro dos brasileiros (SPC BRASIL, 2019). Outro exemplo é a CVM que lançou um programa educacional voltado para promover o bem-estar financeiro, tendo como base os resultados do estudo *Financial well-being:*

The goal of financial education (BUREAU, 2015), realizado também pela agência do governo dos Estados Unidos responsável pela proteção do consumidor no setor financeiro (CVM, 2018).

No entanto, devido a limitações da pesquisa, as conclusões desta representação social estão restritas ao grupo social estudado e são limitadas pela característica da amostra, não probabilística e não representativa. A rede de significados levantada carece de uma comprovação que poderia ser obtida por meio de entrevistas.

Dessa forma, espera-se como pesquisa futura a aplicação desse tipo de estudo com amostra que abranja consumidores de baixa renda de outras regiões do país. Assim, também, a execução de pesquisa com entrevistas em profundidade para a comprovação da relação dos elementos que compõem o construto e, por fim, um estudo que desenvolva uma escala com uma amostra representativa com a finalidade de mensurar o bem-estar financeiro em consumidores de baixa renda com validação nacional.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. Las Representaciones Sociales: Aspectos Teóricos. *In.*:ABRIC, J. C (org.). **Prácticas sociales y representaciones**. 1ª ed. México: Ediciones Coyoacán, 2001a.

_____. L'approche structurale des représentations sociales: développements récents. **Psychologie et société**, v. 4, n. 2, p. 81-104, 2001b.

ALBA, M. Representações sociais e memória coletiva: uma releitura. *In.*: ALMEIDA, A. M. O.; ANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. **Teoria das representações sociais 50 anos**. 2ª ed. Brasília: Technopolitik, p. 520-573, 2014.

ALBUQUERQUE, A. S.; TRÓCCOLI, B. T. Desenvolvimento de uma escala de bem-estar subjetivo. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 20, n. 2, p. 153-164, 2004.

ALMEIDA, A. M. O. Abordagem societal das representações sociais. **Soc. estado**, v. 24, n. 3, p. 713-737, 2009.

ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. **Temas em Psicologia**, v. 8, n. 3, p. 257-267, 2000.

ARBER, S.; FENN, K.; MEADOWS, R. Subjective financial well-being, income and health inequalities in mid and later life in Britain. **Social Science & Medicine**, v. 100, n.1, p. 12-20, 2014.

ARCHULETA, K. L.; BRITT, S. L.; TONN, T. J.; GRABLE, J. E. Financial satisfaction and financial stressors in marital satisfaction. **Psychological reports**, v. 108, n. 2, p. 563-576, 2011.

ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de pesquisa**, v.1, n. 117, p. 127-147, 2002.

ASSAD, M. N; ARRUDA, M. C. C. Consumidor de baixa renda: o modelo de dinâmica do processo de compra. *In.*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA (ABEP) **Alterações na aplicação do Critério Brasil, válidas a partir de 16/04/2018**. 2018. Disponível em: < http://www.abep.org/criterioBr/01_cceb_2018.pdf> Acesso em: 09 mar. 2020.

BANCO MUNDIAL. Poverty and shared prosperity 2018: Piecing together the poverty puzzle. 2018. Disponível em: < <https://www.worldbank.org/en/publication/poverty-and-shared-prosperity>> Acesso em: 08 out. 2019.

BARROS, C; ROCHA, E. Lógica de consumo em um grupo das camadas populares: uma visão antropológica de significados culturais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

BLECHER, N.; TEIXEIRA JR, S. O discreto charme da baixa renda. **Revista Exame**, 2003. Disponível em: <<https://exame.com/negocios/o-discreto-charme-da-baixa-renda-m0049826/>> Acesso em: 20 nov. 2019.

BRAGA, F. D. M. A.; OLIVEIRA, T. V. Development and validation of financial well-being related scales. **International Journal of Bank Marketing**, v. 37, n. 4, p. 1025-1040, 2019.

BRÜGGEN, E. C.; HOGREVE, J.; HOLMLUND, M.; KABADAYI, S.; LÖFGREN, M. Financial well-being: A conceptualization and research agenda. **Journal of Business Research**, v. 79, p. 228-237, 2017.

BRUSKY, B.; FORTUNA, J. P. Entendendo a demanda para as microfinanças no Brasil: um estudo qualitativo em duas cidades. **Seminário Internacional BNDES Microfinanças**. BNDES. Rio de Janeiro/RJ 2002. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/microfin/01livreto.pdf > Acesso em: 20 out. 2019.

BUREAU, C. F. P. Financial well-being: The goal of financial education. **Report, Iowa City, IA: Consumer Financial Protection Bureau**, 2015. Disponível em: <<https://www.consumerfinance.gov/data-research/research-reports/financial-well-being/> > Acesso em: 20 out. 2019.

_____. **CFPB Financial Well-Being Scale Development Technical Report**. 2017. Disponível em: <http://www.sjdm.org/dmidi/files/CFPB_Financial_Well-Being_Scale_Technical_Report.pdf> Acesso em: 08 out. 2019.

CAPUTO, R. K. Economic well-being in a youth cohort. **Families in Society**, v. 79, n. 1, p. 83-92, 1998.

CASTRO, P. Notas para uma leitura da teoria das representações sociais em S. Moscovici. **Análise social**, v. 37, n.164, p. 949-979, 2002.

CENSUS, Census Bureau. **Current Population Survey**. 2018. Disponível em: <<https://www.census.gov/cps/data/cpstablecreator.html>> Acesso em: 09 mar. 2020.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Pesquisa—conceitos e definições. **Metodologia científica**, v. 5, p. 65-66, 2002.

CHATTERJEE, D.; KUMAR, M.; DAYMA, K. K. Income security, social comparisons and materialism: Determinants of subjective financial well-being among Indian adults. **International Journal of Bank Marketing**, 2019.

CHAUVEL, M. A. ; MATTOS, M. P. D. A. Z. Consumidores de baixa renda: uma revisão dos achados de estudos feitos no Brasil. **Cadernos Ebape. br**, v. 6, n. 2, p. 01-17, 2008.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIADOS (CVM). **Portal do Investidor**: porque seu melhor investimento é o conhecimento, 2018. Programa Bem-Estar Financeiro. Disponível em: <https://www.investidor.gov.br/menu/Menu_Academico/Programa_Bem-Estar_Financeiro/Programa_Bem-Estar_Financeiro.html>. Acesso em: 20 out. 2019.

CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. **Análise Multivariada para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia**. 1ª Ed., São Paulo: Atlas, 2007.

CPS, Centro de Políticas Sociais – FGV SOCIAL. **Qual a faixa de renda familiar das classes?** Disponível em: <<https://cps.fgv.br/qual-faixa-de-renda-familiar-das-classes>> Acesso em: 09 de março de 2020.

DECI, E. L.; RYAN, R. M. The " what" and " why" of goal pursuits: Human needs and the self-determination of behavior. **Psychological inquiry**, v. 11, n. 4, p. 227-268, 2000.

DIENER, E. Subjective well-being. **Psychological bulletin**, v. 95, n. 3, p. 542, 1984.

DIENER, E.; BISWAS-DIENER, R. Will money increase subjective well-being? **Social indicators research**, v. 57, n. 2, p. 119-169, 2002.

DIENER, E.; NG, W.; HARTER, J.; ARORA, R. Wealth and happiness across the world: Material prosperity predicts life evaluation, whereas psychosocial prosperity predicts positive feeling. **Journal of personality and social psychology**, v. 99, n. 1, p. 52, 2010.

DIENER, E.; OISHI, S.; TAY, L. Advances in subjective well-being research. **Nature Human Behaviour**, v. 2, n. 4, p. 253, 2018.

DIENER, E.; SCOLLON, C. N.; LUCAS, R. E. The evolving concept of subjective well-being: The multifaceted nature of happiness. In: **Assessing well-being**. Springer, Dordrecht, p. 67-100, 2009.

DOISE, W. Da psicologia social à psicologia societal. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 18, n. 1, p. 164-211, 2002.

_____. Sistema e Metassistema. *In.*: ALMEIDA, A. M. O.; ANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. **Teoria das representações sociais 50 anos**. 2ª ed. Brasília: Technopolitik, p. 42-75, 2014.

DAVIDSON, K. Ethical concerns at the bottom of the pyramid: where CSR meets BOP. **Journal of International Business Ethics**, v. 2, n. 1, p. 22-32, 2009.

DOISE, W.; VALENTIM, J. P. Levels of Analysis in Social Psychology. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. v. 13, n.2, p. 899 -903, 2015.

EASTERLIN, R. A. Life cycle happiness and its sources: Intersections of psychology, economics, and demography. **Journal of Economic Psychology**, v. 27, n. 4, p. 463-482, 2006.

EASTERLIN, R. A.; MCVEY, L. A.; SWITEK, M.; SAWANGFA, O.; ZWEIG, J. S. The happiness–income paradox revisited. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 107, n. 52, p. 22463-22468, 2010.

FARR, R. M. **As raízes da psicologia social moderna**. 9. ed. Petropolis, RJ:Vozes. 2012.

_____. Representações sociais: a teoria e sua história. *In.*: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. 14^a ed. . Petropolis, RJ: Vozes. p.31-62, 2013.

FELTRIM, L. F.; HEMAIS, Marcus Wilcox. Significados de Planos de Saúde para Consumidores de Baixa Renda. **Revista PRETEXTO**, v. 20, n. 4, p. 60-74, 2020.

FLAMENT, C. L'analyse de similitude : une technique pour les recherches sur les représentations sociales. **Cahiers de Psychologie Cognitive/Current Psychology of Cognition**, 1981.

FRIEDLINE, T.; NAM, I; LOKE, V. Households' net worth accumulation patterns and young adults' financial health: Ripple effects of the Great Recession? **Journal of Family and Economic Issues**, v. 35, n. 3, p. 390-410, 2014.

GASPER, D. Subjective and objective well-being in relation to economic inputs: puzzles and responses. **Review of Social Economy**, v. 63, n. 2, p. 177-206, 2005.

HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. Bookman Editora, 2009.

HAYBRON, D. Happiness. In Zalta E.N. (Ed.), **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. ed. Stanford, CA: Stanford University Press. Fall, 2011. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2011/entries/happiness/>> Acessado em: 10 ago. 2019.

HEMAIS, M. W.; CASOTTI, L. M.; ROCHA, E. P. G. Hedonismo e moralismo: consumo na base da pirâmide. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 2, p. 199-207, 2013.

HSIEH, C. Income, age and financial satisfaction. **The international Journal of aging and human development**, v. 56, n. 2, p. 89-112, 2003.

_____. Domain importance in subjective well-being measures. **Social Indicators Research**, v. 127, n. 2, p. 777-792, 2016.

HUTA, V.; RYAN, R. M. Pursuing pleasure or virtue: The differential and overlapping well-being benefits of hedonic and eudaimonic motives. **Journal of happiness studies**, v. 11, n. 6, p. 735-762, 2010.

HUTA, V.; WATERMAN, A. S. Eudaimonia and its distinction from hedonia: Developing a classification and terminology for understanding conceptual and operational definitions. **Journal of Happiness Studies**, v. 15, n. 6, p. 1425-1456, 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. Primeiros Resultados**. 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>> Acesso em: 09 mar. 2020.

JESUINO, J. C. Um conceito reencontrado. *In.*: ALMEIDA, A. M. O.; ANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. **Teoria das representações sociais 50 anos**. 2ª ed. Brasília: Technopolitik, p. 42-75, 2014.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. **As representações sociais**, p. 17-44, 2001.

_____. A representação: noção transversal, ferramenta da transdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 162, p. 1258-1271, 2016a.

_____. On structuring and outlining processes in the study of social representations. **Paper son Social Representations**, v. 25, n. 2, p. 2.1-2.11, 2016b.

_____. Ciências sociais e representações: estudo dos fenômenos representativos e processos sociais, do local ao global. **Revista Sociedade e Estado–Volume**, v. 33, n. 2, p. 423, 2018.

JOHNSON, S. S. Editor's Desk: Broadening Our View of Financial Well-Being. **American Journal of Health Promotion**, v.33, n.1, p.142-155, 2019.

JOVCHELOVITCH, S. Psicologia social, saber, comunidade e cultura. **Psicologia & sociedade**, v. 16, n. 2, p. 20-31, 2004.

_____. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. *In.*: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. 14ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 63-85, 2013.

KARNANI, A. The mirage of marketing to the bottom of the pyramid: how the private sector can help alleviate poverty. **California Management Review**, v. 49, n. 4, p. 90-111, 2007a.

KASHDAN, T. B.; BISWAS-DIENER, R.; KING, L. A. Reconsidering happiness: The costs of distinguishing between hedonics and eudaimonia. **The Journal of Positive Psychology**, v. 3, n. 4, p. 219-233, 2008.

KESEBIR, P. Scientific answers to the timeless philosophical question of happiness. **Handbook of well-being. Salt Lake City, UT: DEF Publishers, 2018.**

KIM, J.; GARMAN, E. T.; SORHAINDO, B. Relationships among credit counseling clients' financial wellbeing, financial behaviors, financial stressor events, and health. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 14, n. 2, 2003.

LAMOUNIER, B.; SOUZA, A. **A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade.** Rio de Janeiro/Brasília: Elsevier/CNI, 2010.

LAVEIST, T. A.; ZENO, T. L.; FESAHAZION, R. G. The effects of mother's marital status on adolescent and young adult health and economic well-being among African Americans. **Journal of Family Issues**, v. 31, n. 8, p. 1065-1080, 2010.

LEVRINI, G. R. D.; POLETTI, L. A EXPERIÊNCIA DO ESTIGMA DOS CONSUMIDORES DE BAIXA RENDA NO ENCONTRO DE SERVIÇOS. **Brazilian Journal of Management/Revista de Administração da UFSM**, v. 9, n. 2, 2016.

MACINNIS, D. J.; FOLKES, V. S. The disciplinary status of consumer behavior: A sociology of science perspective on key controversies. **Journal of consumer research**, v. 36, n. 6, p. 899-914, 2010.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: foco na decisão.** 6ªed. Porto Alegre :Bookman, 2012.

MARCHAND, Pascal; RATINAUD, Pierre. L'analyse de similitude appliquée aux corpus textuels: les primaires socialistes pour l'élection présidentielle française (septembre-octobre 2011). **Actes des 11eme Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles. JADT**, v. 2012, p. 687-699, 2012.

MATTAR, F. N. Porque os Métodos de Classificação Socioeconômicos utilizados no Brasil não funcionam. **ENCONTRO DA ANPAD**, v. 20, 1996.

MATTOSO, C. L. Q.; ROCHA, A. Building, losing, and reconstructing social identities: an investigation into the symbolic use of credit by poor consumers in Brazil. **Latin American Business Review**, v. 9, n. 3-4, p. 227-255, 2009.

MCCRACKEN, G. D. **Culture and consumption: New approaches to the symbolic character of consumer goods and activities.** Indiana University Press, 1990.

MOLINER, P.; ABRIC, J. Central core theory. **The Cambridge handbook of social representations**, p. 83-95, 2015.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. Notes towards a description of social representations. **European journal of social psychology**, v. 18, n. 3, p. 211-250, 1988.

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

NERI, M. C. A nova classe média: lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: FGV/CPS. 2010.

NERI, M. O brasileiro está feliz!. **Revista ESPM**, v. 18, a. 17, ed. n. 4 jul./ago. 2011.

NETEMEYER, Richard G. et al. How am I doing? Perceived financial well-being, its potential antecedents, and its relation to overall well-being. **Journal of Consumer Research**, v. 45, n. 1, p. 68-89, 2017.

NG, W.; DIENER, Ed. What matters to the rich and the poor? Subjective well-being, financial satisfaction, and postmaterialist needs across the world. **Journal of personality and social psychology**, v. 107, n. 2, p. 326, 2014.

NOGAMI, V; PACAGNAN, M. Consumo na base da pirâmide: uma análise bibliométrica do estado da arte na produção acadêmica no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 35, 2011, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2011.

NUSSBAUM, M. Capabilities as fundamental entitlements: Sen and social justice. **Feminist economics**, v. 9, n. 2-3, p. 33-59, 2003.

OECD INFE. Measuring financial literacy: Core questionnaire in measuring financial literacy: **Questionnaire and guidance notes for conducting an internationally comparable survey of financial literacy**. Paris: OECD, 2011. Disponível em: <<https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/49319977.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2019.

O'NEILL, B.; PRAWITZ A. D.; SORHAINDO, B.; KIM, J.; GARMAN, E. T. Financially distressed consumers: Their financial practices, financial well-being, and health. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 16, n. 1, 2005.

ORTIZ, E. S.; LOBOS, G.; GUEVARA, D. Factores Determinantes del Bienestar Financiero y su Relación con la Calidad de Vida en una Muestra de Profesionales de Guayaquil, Ecuador. **Información tecnológica**, v. 30, n. 1, p. 121-132, 2019.

PARENTE, J. G.; BARKI, E.; KATO, H. T. Consumidor de baixa renda: desvendando as motivações no varejo de alimentos. **XXXIX Encontro Anual da ANPAD**, p. 1-16, 2005.

PEREIRA, C. Análise de dados nas representações sociais. Análise **Psicologica**, v. 15, n. 1, p. 49-62, 1996.

_____. Análise de dados qualitativos aplicados às representações sociais. **Psicologia**, v. 15, n. 1, p. 177-204, 2001.

PLAGNOL, A. C. Financial satisfaction over the life course: The influence of assets and liabilities. **Journal of Economic Psychology**, v. 32, n. 1, p. 45-64, 2011.

PONCHIO, M. C.; ARANHA, F.; TODD, S. Estudo exploratório do construto de materialismo no contexto de consumidores de baixa renda do Município de São Paulo. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 6, n. 1, p. 13-21, 2007.

PRAHALAD, C. K.; HAMMOND, A. Serving the world's poor, profitably. **Harvard business review**, v. 80, n. 9, p. 48-59, 2002.

PRAHALAD, C. K.; HART, S. L. The Fortune at the Bottom of the Pyramid. **Strategy+ Business**, v. 26, n. 2002, p. 54-67, 2002.

PRAWITZ, A. GARMAN, E. T.; SORHAINDO, B.; O'NEILL, B.; KIM, J.; DRENTEA, P. InCharge financial distress/financial well-being scale: Development, administration, and score interpretation. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 17, n. 1, 2006.

PROPPER, C. Why economics is good for your health. 2004 Royal Economic Society Public Lecture. **Health Economics**, v. 14, n. 10, p. 987-998, 2005.

RĂILEANU-SZELES, M. Explaining the dynamics and drivers of financial well-being in the European Union. **Social Indicators Research**, v. 120, n. 3, p. 701-722, 2015.

RATEAU, P.; MOLINER, P., ABRIC, J.; MOLINER, P. Social representation theory. In.: Van Lange P. A.; Kruglanski A. W.; Higgins E. T. **Handbook of theories of social psychology**. v. 2. London: SAGE Publications, p.477-497, 2012.

REYNOLDS, A. J; TEMPLE, J. A.; OU, S. R., ROBERTSON, D. L., MERSKY, J. P.; TOPITZES, J. W.; NILES, M. D. Effects of a school-based, early childhood intervention on adult health and well-being: A 19-year follow-up of low-income families. **Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine**, v. 161, n. 8, p. 730-739, 2007.

ROCHA, A. R.; DE ARAUJO, F. F.; MOTTA, P. C. Atitudes de consumidores de baixa renda em relação às restrições ao lazer. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 8, n. 1, p. 142-163, 2014.

RUTHERFORD, L. G.; FOX, W. S. Financial wellness of young adults age 18–30. **Family and Consumer Sciences Research Journal**, v. 38, n. 4, p. 468-484, 2010.

RYAN, R. M.; DECI, E. L. On happiness and human potentials: A review of research on hedonic and eudaimonic well-being. **Annual review of psychology**, v. 52, n. 1, p. 141-166, 2001.

RYFF, C. D. Psychological well-being revisited: Advances in the science and practice of eudaimonia. **Psychotherapy and psychosomatics**, v. 83, n. 1, p. 10-28, 2014.

SÁ, C. P. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria In.: SPINK, M.J.P. (org.) **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, p.19-45, 1995.

_____. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SANTO, P. O. E.; HEMAIS, M. W. Discriminação contra consumidores de baixa renda. **Revista Pretexto**, v. 18, n. 1, p. 64-79, 2017.

SCHILBACH, F.; SCHOFIELD, H.; MULLAINATHAN, S. The psychological lives of the poor. **American Economic Review**, v.106, n. 5, p. 435-40, 2016.

SCHUELLER, S. M.; SELIGMAN, M. E. P. Pursuit of pleasure, engagement, and meaning: Relationships to subjective and objective measures of well-being. **The Journal of Positive Psychology**, v. 5, n. 4, p. 253-263, 2010.

SELIGMAN, M. E. P. Positive psychology, positive prevention, and positive therapy. **Handbook of positive psychology**, v. 2, n. 2002, p. 3-12, 2002.

SELIGMAN, M. E. P.; ROYZMAN, E. Happiness: The three traditional theories. *Authentic Happiness Newsletter*. 2003.

SHIM, S.; XIAO, J. J.; BARBER, B. L.; LYONS, A. C. Pathways to life success: A conceptual model of financial well-being for young adults. **Journal of Applied Developmental Psychology**, v. 30, n. 6, p. 708-723, 2009.

SMEEDING, T. M.; PHILLIPS, K. R. Cross-national differences in employment and economic sufficiency. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, v. 580, n. 1, p. 103-133, 2002.

SORGENTE, A.; LANZ, M. Emerging adults' financial well-being: A scoping review. **Adolescent Research Review**, v. 2, n. 4, p. 255-292, 2017.

_____. The multidimensional subjective financial well-being scale for emerging adults: Development and validation studies. **International Journal of Behavioral Development**, v. 43, n.5, p. 466-478, 2019.

SPC BRASIL. **Indicador de Bem-Estar Financeiro- Fevereiro 2019.** 2019. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/wpimpressa/wp-content/uploads/2019/03/An%C3%A1lise_-_Indicador-de-Bem-Estar-Financeiro-1.pdf> Acesso em: 19 out. 2019.

SPINK, M. J. P. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. *In.*: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais.** 14^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p.117-145, 2013.

_____. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, n.1, p. 300-308, 1993.

TAY, L.; ZYPHUR, M.; BATZ, C. L. Income and subjective well-being: review, synthesis, and future research. **Handbook of Well-Being. Salt Lake City: DEF Publishers.** <https://nobascholar.com>, 2018.

TELLINI, L.; URDAN, A. T.; MONKEN, S. F.; BIZARRIAS, F. S.; BRANDÃO, M. M.. The Impacts of Health Care Evaluations on the Well-Being of Low-incomers. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 23, n. 3, p. 351-372, 2019.

TOV, W. Well-being concepts and components. *In*: DIENER E.; OISHI, S.; TAY, L. (orgs.), **Handbook of well-being**. Salt Lake City, UT: DEF Publishers, p. 43-57. 2018.

TUFANO, P. Consumer finance. **Annu. Rev. Financ. Econ.**, v. 1, n. 1, p. 227-247, 2009.

VALA, J.; CASTRO, P. Pensamento social e representações sociais. *In*: VALA, J.; MONTEIRO, M. B.(orgs.). **Psicologia social**. 9 ed. p. 569-602, 2013.

VAN PRAAG, B. M. S.; FRIJTERS, P.; FERRER-I-CARBONELL, A. The anatomy of subjective well-being. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 51, n. 1, p. 29-49, 2003.

VEENHOVEN, R. Advances in understanding happiness. **Revue qué bé coise de psychologie**, v. 18, n. 2, p. 29-74, 1997.

VERA-TOSCANO, E.; ATECA-AMESTOY, V.; SERRANO-DEL-ROSAL, R. Building financial satisfaction. **Social Indicators Research**, v. 77, n. 2, p. 211-243, 2006.

VERGÈS, P. L'evocation de l'argent: Une méthode pour la définition du noyau central d'une représentation. **Bulletin de psychologie**, v.405, n.45, p. 203 – 209, 1992.

VERGÈS, P.; BOURICHE, B. L'analyse des données par les graphes de similitude. **Sciences humaines**, p. 1-90, 2001.

VLAEV, I.; ELLIOTT, A. Financial well-being components. **Social Indicators Research**, v. 118, n. 3, p. 1103-1123, 2014.

WACHELKE, J. F. R.; CAMARGO, B. V. Representações sociais, representações individuais e comportamento. **Interamerican Journal of Psychology**, v. 41, n. 3, p. 379-390, 2007.

WACHELKE, J.; WOLTER, R. Critérios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, v. 27, n. 4, p. 521-526, 2011.

WAGNER, W. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. **Texto sem representações sociais**.14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p.149-186, 2013.

XIAO, J. J. Consumer financial capability and wellbeing. *In*: **Handbook of consumer finance research**. Springer, Cham, 2016. p. 3-17.

XIAO, J. J.; PORTO, N. Financial education and financial satisfaction: Financial literacy, behavior, and capability as mediators. **International Journal of Bank Marketing**, v. 35, n. 5, p. 805-817, 2017.

XIAO, J. J.; TANG, C.; SHIM, S. Acting for happiness: Financial behavior and life satisfaction of college students. **Social indicators research**, v. 92, n. 1, p. 53-68, 2009.

ZYPHUR, M. J.; LI, W. D.; ZHANG, Z., ARVEY, R. D.; BARSKY, A. P. Income, personality, and subjective financial well-being: the role of gender in their genetic and environmental relationships. **Frontiers in psychology**, v. 6, p. 1493, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA ETAPA QUALITATIVA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS – CESA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPGA

Este questionário faz parte de um trabalho acadêmico que visa estudar o bem-estar financeiro. Todas as informações aqui prestadas são ANÔNIMAS, servindo apenas para validar os procedimentos científicos.

Quais as 5 primeiras palavras que vem à mente quando você pensa em bem-estar financeiro?	
a.	
b.	
c.	
d.	
e.	
2. Sexo: () Masculino () Feminino	3. Idade: _____ anos
4. Estado civil: () Casado/União estável () Solteiro () Viúvo	
5. Nível educacional: _____	6. Profissão: _____
7. Renda aproximada da família: _____	8. Número de pessoas que compõem a família: _____ (pessoas que dependem dos ingressos informados).

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DA ETAPA QUANTITATIVA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS – CESA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPGA

Este questionário faz parte de um trabalho acadêmico que visa estudar o bem-estar financeiro. Todas as informações aqui prestadas são ANÔNIMAS, servindo apenas para validar os procedimentos científicos.

1. Queremos saber sua opinião sobre o significado de Bem-Estar Financeiro. Dessa forma, solicitamos que responda as afirmações a seguir de acordo com sua concordância ou discordância sobre o que é Bem-Estar Financeiro.

1 – Discordo Totalmente	2 – Discordo	3 – Nem discordo, nem concordo	4 – Concordo	5 – Concordo Totalmente
----------------------------	--------------	-----------------------------------	--------------	----------------------------

1	Ter bem estar financeiro é ter trabalho	1	2	3	4	5
2	Ter bem estar financeiro é ter dinheiro	1	2	3	4	5
3	Ter bem estar financeiro é ter estabilidade	1	2	3	4	5
4	Ter bem estar financeiro é ter um bom salário	1	2	3	4	5
5	Ter bem estar financeiro é ter contas pagas	1	2	3	4	5
6	Ter bem estar financeiro é ter felicidade	1	2	3	4	5
7	Ter bem estar financeiro é viver bem	1	2	3	4	5
8	Ter bem estar financeiro é ter saúde	1	2	3	4	5
9	Ter bem estar financeiro é ter uma casa para morar	1	2	3	4	5
10	Ter bem estar financeiro é ter lazer	1	2	3	4	5
11	Ter bem estar financeiro é ter uma boa alimentação	1	2	3	4	5
12	Ter bem estar financeiro é ter conforto	1	2	3	4	5
13	Ter bem estar financeiro é ter condições	1	2	3	4	5
14	Possui bem estar financeiro é não passar necessidades	1	2	3	4	5
15	Ter bem estar financeiro é viajar	1	2	3	4	5
16	Ter bem estar financeiro é ter segurança	1	2	3	4	5
17	Ter bem estar financeiro é poder ter educação	1	2	3	4	5

18	Ter bem estar financeiro é poder ter carro	1	2	3	4	5
19	Ter bem estar financeiro é ter controle	1	2	3	4	5
20	Ter bem estar financeiro é estar bem com a família.	1	2	3	4	5
21	Ter bem estar financeiro é ter poupança	1	2	3	4	5
22	Ter bem estar financeiro é comprar roupas	1	2	3	4	5
23	Ter bem estar financeiro é ter tranquilidade	1	2	3	4	5
24	Ter bem estar financeiro é cumprir com as obrigações	1	2	3	4	5
25	Ter bem estar financeiro é consumir	1	2	3	4	5
26	Ter bem estar financeiro é ter paz	1	2	3	4	5
27	Ter bem estar financeiro é poder fazer compras	1	2	3	4	5

Por favor, no quadro abaixo responda o que se pede:

2. Sexo: (1) Masculino (2) Feminino	3. Idade: anos
4. Estado civil: (1) Casado/União estável (2) Solteiro (3) Viúvo (4) Divorciado	
5. Renda familiar (em SM):	6. Número de pessoas que compõem a família:
7. Nível educacional:	
(1) Ensino Fundamental Incompleto ou menos (2) Ensino Fundamental Completo (3) Ensino Médio Incompleto (4) Ensino Médio Completo	(5) Ensino Superior Incompleto (6) Ensino Superior Completo/Especialização (7) Pós-graduação (mestrado, doutorado)